



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

JANAÍNA BOSSI TORRES

**OS MECANISMOS DE CONTROLE DA FORÇA DE TRABALHO ATRAVÉS DA
INSTITUCIONALIZAÇÃO MANICOMIAL: a trajetória do Hospício Pedro II no Rio
de Janeiro**

Rio de Janeiro

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

JANAÍNA BOSSI TORRES

OS MECANISMOS DE CONTROLE DA FORÇA DE TRABALHO ATRAVÉS DA
INSTITUCIONALIZAÇÃO MANICOMIAL: a trajetória do Hospício Pedro II no Rio de
Janeiro

Trabalho de conclusão de curso,
apresentado à Universidade Federal do Rio
de Janeiro, como parte das exigências para
obtenção do título de graduação, sob a
orientação da Profa. Dra. Tatiana Brettas.

Rio de Janeiro

2022

JANAÍNA BOSSI TORRES

OS MECANISMOS DE CONTROLE DA FORÇA DE TRABALHO ATRAVÉS DA
INSTITUCIONALIZAÇÃO MANICOMIAL: a trajetória do Hospício Pedro II no Rio de
Janeiro

Trabalho de conclusão de curso,
apresentado à Universidade Federal do Rio
de Janeiro, como parte das exigências para
obtenção do título de graduação, sob a
orientação da Profa. Dra. Tatiana Brettas.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Tatiana Brettas Waehneltdt (Orientadora – UFRJ)

Profa. Dra. Mirella Farias Rocha (UFRJ)

Profa. Dra. Rita de Cassia Cavalcante Lima (UFRJ)

“Que dizer da loucura? Mergulhado no meio de quase duas dezenas de loucos, não se tem absolutamente uma impressão geral dela. Há, como em todas as manifestações da natureza, indivíduos, casos individuais, mas não há ou não se percebe entre eles uma relação de parentesco muito forte. Não há espécies, não há raças de loucos, há loucos só”

Lima Barreto

AGRADECIMENTOS

Dedico esse trabalho aos meus antepassados que já não estão de corpo entre nós, meus queridos avós, João Antônio, Maria do Socorro, Clodoaldo e Bartyra.

Agradeço aos meus pais Andrea e Clodoaldo, as pessoas que mais me apoiam e confiam em mim. Sem o amor e cuidado de vocês nada disso seria possível.

Agradeço à toda minha família, minhas tias - postças ou não - e primos que também sempre me incentivaram.

Deixo aqui também um agradecimento especial à minha madrinha Silvia, uma das mulheres mais guerreira e sensível que conheço, que consegue estar presente de tantas formas mesmo do outro lado do oceano.

Agradeço aos meus amigos de São Paulo, especialmente João Gabriel, Manuela Melo, Renata Brandão e Luca Kaufmann. São 13 anos que as certezas dessas amizades só se enraizaram cada vez mais, ainda que na distância física, obrigada por serem meus melhores amigos e estarem sempre presentes.

Mudar de casa, de cidade, de estado não é tarefa fácil. Deixar amigos e família por vezes traz a sensação de solidão, quando se trata do caos do Rio de Janeiro o processo pode ser mais hostil ainda. Sem as pessoas que eu cruzei nessa cidade nada disso seria possível.

À minha família que eu escolhi, Letícia, Luciana e Amanda, dedico de todo coração todos esses cinco anos de graduação e de Rio de Janeiro. Compartilhar o teto, a vida, os choros e as risadas do dia a dia com vocês certamente me torna uma pessoa melhor.

Agradeço às minhas parceiras de graduação e de militância Luiza Ribeiro, Larissa de Mattos, Mônica Barchi, Angela Carvalho e Júlia Furtado. Em vocês eu me inspiro.

Agradeço a tantas outras amizades e pessoas que me cercam nessa cidade.

O processo do final da graduação por vezes torna-se algo cansativo e desgastante, agradeço à Cris, que tanto me apoia e sempre me deu um colo quando precisei. Obrigada por tornar esse momento mais leve.

Deixo aqui em registro um agradecimento aos espaços de militância que me formaram e me formam até hoje: Ao Centro Acadêmico José Paulo Netto, foram quatro anos na construção dessa entidade, e, aos tapas e beijos, foram muitos avanços ao longo dos anos; agradeço, e muito, à Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social, ao qual tive a honra de colaborar como coordenadora nacional, e que certamente contribuiu na construção da minha relação com o próprio Serviço Social e com a militância. A potência dessa entidade é transformadora e eu sou uma grande entusiasta da mesma. Agradeço também a toda uma família espalhada por esse Brasil que eu criei por conta dessa executiva, a todos e todas, que assim como eu, contribuíram na construção de uma ENESSO de luta na direção da emancipação humana.

Deixo aqui um agradecimento especial para todos os meus camaradas da União da Juventude Comunista, especialmente ao núcleo da UFRJ que vem me lapidando desde 2018. A construção coletiva por uma sociedade que supere a exploração do homem pelo homem não é simples, pelo contrário, é um trabalho exaustivo do dia a dia, mas, parafraseando Mauro Iasi:

“Quando entre camaradas nos encontramos

e ousamos sonhar futuros.

Quando a teoria nos aclara a vista

e com o povo, ombro a ombro

marchamos.

Respondemos: vale a pena viver,

quando se é comunista!”

Agradeço à Fernanda Fortini, ser supervisionada no estágio por essa profissional maravilhosa foi uma das grandes sortes que tive, muita admiração e respeito pela assistente social, mulher, mãe e amiga que você é.

Agradeço a todas as professoras e professores que passaram pela minha formação acadêmica, não só em sala de aula, mas também nas trocas do cotidiano universitário e nos espaços institucionais da Escola de Serviço Social da UFRJ. Não poderia deixar de citar aqui a professora Mirella Rocha, que logo no meu segundo período de graduação me abriu as portas para uma formação crítica e de qualidade.

Ao longo desses anos foram muitas trocas em diferentes espaços e certamente esse encontro deixou marcas profundas na assistente social que serei em breve. Agradeço também à professora Rita Cavalcante, a experiência de ser sua monitora, ainda que por pouco tempo, potencializou muito meu processo formativo, agradeço também a todo o apoio nos últimos meses. À professora Tatiana Brettas deixo um agradecimento especial, compartilhar espaços formativos com essa excelente professora e pesquisadora me enriqueceu muito e hoje tenho a honra de ser sua orientanda. Agradeço por toda a paciência e pelas contribuições para que esse trabalho saia do forno. À todos(as) os(as) profissionais da UFRJ agradeço imensamente, principalmente aos(as) terceirizados(as), que nesse fim de ano foram os(as) que mais sofreram com os cortes universitários. Sem esses(as) profissionais a universidade não caminharia.

AOS QUE VIERAM E JÁ FORAM E AOS QUE AINDA VIRÃO E IRÃO

Brenda Soares Rodrigues

Aos que vieram e já foram, agradecemos pela construção, aos que ainda virão e que irão, pedimos paciência e compreensão.

Sair das demandas individuais e lutar pela coletiva, não é nada fácil, e nunca será, lutar e remar contra o as amarras impostas é desafiador e adoecedor também.

Como resultado, terão no mínimo uma nova família, alguns comprimidos e muita história pra contar

Não levem o incômodo como algo ruim, a mudança parte dele.

Ah, e quem já veio e foi, voltem, voltem sempre, ajudem quem chegou com a sua experiência.

O saber não vale de nada se não for compartilhado.

Contribuir para a luta coletiva não deixa de ser importante quando você já não faz mais parte do protagonismo dela.

Aos que estão, desejo estudo.

Se apropriar do espaço que ocupa é o mínimo para não militar por militar.

Levantar bandeiras sem se responsabilizar pelas consequências é o mesmo que jogar toda história de luta construída antes da sua chegada.

Não desperdice essa história com arrogância e ignorância.

*E tenha sempre em mente,
Lutar agora para ter um amanhã melhor.*

E com isso, repito

*Aos que vieram e já foram, agradecemos pela construção, aos que ainda virão e
que irão, pedimos paciência e compreensão*

*Sair das demandas individuais e lutar pela coletiva, não é nada fácil, e nunca será,
lutar e remar contra o as amarras impostas é desafiador e adoecedor também.*

*Como resultado, terão no mínimo uma nova família, alguns comprimidos e muita
história pra contar.*

RESUMO

O presente trabalho busca avaliar a contribuição da primeira instituição psiquiátrica do Brasil para o controle da força de trabalho. Os hospitais psiquiátricos originam-se no Brasil a partir de um trabalho ideológico racista de segregação total daqueles e daquelas que não cumprem um papel funcional para a roda do capital, sobretudo em um país de capitalismo dependente. A formação sócio-histórica de um país que passou por um longo processo de escravização e por diversos episódios de mudanças pelo alto, que em nada alteraram as estruturas postas, ratifica a institucionalização de um sistema manicomial. Neste processo, a cidade do Rio de Janeiro mostra-se como principal palco, sendo um importante centro econômico e social durante os anos em que a pesquisa se mantém (1852-1944). Temas como capitalismo dependente, questão social, eugenia e racismo nos ajudam a uma aproximação preliminar com o objeto de estudo.

Palavras-chave: institucionalização manicomial, capitalismo dependente, força de trabalho, raça, classe, questão social.

ABSTRACT

The present work seeks to evaluate the contribution of the first psychiatric institution in Brazil to the control of the workforce. Psychiatric hospitals originated in Brazil from a racist ideological work of total segregation of those who do not fulfill a functional role for the wheel of capital, especially in a country of dependent capitalism. The socio-historical formation of a country that went through a long process of enslavement and several episodes of changes from above, which in no way altered the established structures, ratifies the institutionalization of an asylum system. In this process, the city of Rio de Janeiro appears as the main stage, being an important economic and social center during the years in which the research is maintained (1852-1944). Topics such as dependent capitalism, social issues, eugenics and racism help us to make a preliminary approach to the object of study.

Keywords: asylum institutionalization, dependent capitalism, workforce, race, class, social issues

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. CAPITALISMO DEPENDENTE E QUESTÃO SOCIAL.....	16
2.1 Capitalismo dependente.....	16
2.2 A emergência da questão social no Brasil.....	23
3. O HOSPÍCIO PEDRO II (1852-1890).....	28
3.1 O processo de industrialização e formação da classe trabalhadora	28
3.2 A trajetória do Hospício Pedro II durante o período do Império.....	34
4. O HOSPITAL NACIONAL DOS ALIENADOS (1890-1944).....	43
4.1 A primeira república e as mudanças no Hospital Nacional dos Alienados.....	43
4.2 A política eugenista.....	50
4.3 Os últimos anos do Hospital Nacional dos Alienados (1930-1944)...	53
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS.....	65

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a institucionalização de pessoas em sofrimento psíquico tem como marco a inauguração do Hospício Pedro II em 1852 na cidade do Rio de Janeiro. A estrutura manicomial seguiu a lógica asilar de isolamento daqueles(as) considerados(as) “doentes” a partir de uma ordem moral de forte cunho religioso e político, considerando que a instituição cumpre um papel social perante os ideais da classe hegemônica da época. O período de vigência do hospício (1852-1943) é demarcado por significativas passagens da construção sócio-histórica brasileira, da formação da classe trabalhadora bem como da consolidação de uma ciência psiquiátrica no país. Abordaremos alguns desses aspectos ao longo do texto.

Dessa forma, identifica-se como objetivo geral avaliar a contribuição da primeira instituição psiquiátrica do Brasil para o controle da força de trabalho. Para tal, temos como objetivos específicos o debate a respeito da emergência da questão social no Brasil a partir da transição da mão de obra escravizada para a mão de obra livre; a investigação da relação da primeira instituição psiquiátrica com o processo de urbanização do Rio de Janeiro; a análise das implicações da eugenia e do racismo científico nas instituições psiquiátricas e as influências da formação da classe trabalhadora no Brasil no sistema manicomial.

O presente trabalho é um recorte e aprofundamento individual que teve como pontapé inicial a participação na pesquisa "*Psicologia política do racismo na formação social brasileira e a reinvenção do corpo-potência Arkché-Axé*", coordenado pela professora Mirella Rocha e desenvolvido no âmbito do grupo PET Conexões Povos de Terreiro e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Compõem a proposta da pesquisa também os debates situados no Laboratório de Estudos Capitalismo Dependente e Questão Social no Brasil (LECAD) coordenado pela professora Tatiana Brettas, assim como a

trajetória acadêmica da pesquisadora, no curso de Serviço Social, bem como sua inserção como estagiária no Instituto de Psiquiatria da UFRJ (IPUB).

A partir dessa vivência acadêmico-política mais ampliada, chegamos ao tema em questão, relativo à contribuição com o campo teórico-político. A perspectiva teórico-metodológica se funda no materialismo histórico-dialético a partir de uma pesquisa bibliográfica e uma aproximação preliminar com a análise crítica da bibliografia. As categorias *capitalismo dependente*; *sistema manicomial*; *institucionalização*, *questão social* e *eugenia* são essenciais para o andamento da pesquisa, tal qual as contribuições, principalmente, de Jurandir Freire Costa, Clóvis Moura, Ruy Mauro Marini, José Paulo Netto e Nancy Leys Stepan.

O tema em questão tem relevância para um pensamento crítico acerca da saúde mental e dos dilemas que cerceiam a institucionalização psiquiátrica e a luta de classes nos dias atuais, tendo como base de análise a formação social brasileira e suas implicações que envolvem raça, classe e gênero. A pesquisa mostra-se valorosa no âmbito do Serviço Social, profissão que atua nos marcos da questão social, e que, nos espaços sócio-ocupacionais da saúde mental, lida diretamente com aqueles(as) que já estão em sofrimento psíquico e que passam por um processo de estigmatização. As questões que permeiam a institucionalização desses corpos estigmatizados mostram-se atuais considerando a conjuntura de retrocessos na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), através de medidas que tornam as instituições de segregação como o centro do cuidado, indo na contramão das formulações da Reforma Psiquiátrica Brasileira, que prevê a ampliação da clínica ampliada e do cuidado em liberdade. A atualidade da pesquisa também se manifesta dado o contexto de legitimação das chamadas Comunidades Terapêuticas, através da sua inserção na RAPS, como local de tratamento daqueles(as) que estão em sofrimento psíquico, sobretudo dos(as) que fazem uso de álcool e outras drogas. Essas instituições possuem forte cunho religioso materializado em uma política moralizadora, mostrando um resgate de práticas que inauguraram os manicômios no Brasil, considerando que estes foram administrados pela igreja nos seus primeiros anos.

O trabalho divide-se em cinco capítulos, sendo o primeiro a introdução e o último consiste nas considerações finais. O segundo é intitulado “Capitalismo dependente e questão social”, neste momento são apresentadas as considerações gerais sobre a caracterização do capitalismo dependente e da superexploração, que

desenham o solo das particularidades da formação sócio-histórica brasileira e da gênese da questão social e sua relação com a transição para o modo de produção capitalista dependente. O texto segue na busca da aproximação destes aspectos com o debate da acumulação primitiva do capital, destacando a importância da colonização para a constituição das relações capitalistas.

O terceiro capítulo “Hospício Pedro II (1852-1890)” versa sobre o início do processo de industrialização no Brasil e no Rio de Janeiro, trazendo algumas questões centrais como a lei de terras, fim do tráfico negreiro, as lutas e processos para a abolição da escravatura. É pontuado também sobre processo de formação da classe trabalhadora e os processos de luta e resistência, sobretudo no que tange às relações étnico raciais na transição da mão de obra escravizada para a mão de obra livre. Assim, são fomentados alguns elementos sócio-históricos que influenciam na construção e no funcionamento do Hospício Pedro II e como as internações contribuem para o controle da força de trabalho.

Por fim, o quarto capítulo nomeado “O Hospital Nacional dos Alienados (1890-1943)” busca apresentar os elementos da primeira república (1889-1930), bem como a presença dos seus aparatos repressivos e os ideais da construção de uma nação embranquecida. Para tal, apresentamos o debate das influências de uma ciência psiquiátrica como um dos pilares desse ideal buscado pelas classes hegemônicas através da política eugenista e da Liga Brasileira de Higiene Mental (1923). Ao longo do capítulo é apresentado as mudanças no hospício, que a partir de 1890 passa a se chamar “Hospital Nacional dos Alienados”. No andar do texto, outros fatores político-econômico-sociais são pontuados, como o golpe de 1930, a consolidação de uma base industrial e as mudanças na organização do trabalho.

Dessa forma, espera-se que o presente trabalho possa contribuir no âmbito de um pensamento crítico acerca das contradições postas nas instituições psiquiátricas, considerando elementos de raça, classe e gênero, com o horizonte de superação da naturalização da violência institucional nesses espaços que cumprem uma função social ao segregar e controlar corpos.

2. CAPITALISMO DEPENDENTE E QUESTÃO SOCIAL

2.1 Capitalismo dependente

Falar do capitalismo na América Latina, sobretudo no Brasil, é falar de nações que tiveram seu desenvolvimento forjado dentro de relações coloniais e escravocratas durante séculos, criando, então, laços íntimos com o capitalismo internacional. A colonização redefiniu radicalmente os modos de produção e reprodução nas Américas. O extermínio de povos originários, a escravização e o saque colonial foram meios de expropriação extremamente violentos e essenciais para acumulação de capital e para a expansão do capitalismo. Esse processo histórico-social expropria trabalhadores de seus meios de vida, convertendo-os em capital e enriquecendo determinados setores. Recorreremos aqui ao que Karl Marx (2013 [1818-1883], p. 786) chama de acumulação primitiva¹: "A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e os meios de produção". A análise do autor inscrita no capítulo 24 de "O Capital" (2013 [1818-1883]) nos permite compreender a formação das classes sociais e da transição do feudalismo europeu para o modo de produção capitalista e sua hegemonia mundial, a partir de políticas orquestradas por um Estado firme dentro dos parâmetros de interesses da classe hegemônica e a violência como potência econômica como síntese das determinações do processo de expropriação dos meios de produção e da exploração da força de trabalho. Assim,

A confluência da centralização do poder político nas mãos dos Estados modernos e da concentração do poder econômico nos cofres das burguesias comerciais e rentistas levou às grandes expedições de conquista dos continentes americano, africano,

¹ Importante pontuar que no início do capítulo 24 de "O capital", Marx faz uma crítica à forma idílica como a economia política clássica explica a constituição das relações capitalistas e apresenta uma crítica contundente destacando as marcas da violência que perpassa a transição para o modo de produção capitalista.

asiático e oceânico. Os métodos de expropriações foram múltiplos e integrados sistemicamente na lógica de uma violência atroz: guerras comerciais, colonização, escravização, dívidas públicas, tributos regressivos espoliadores e sistemas protecionistas foram postos em movimento na conformação do mercado mundial capitalista. Assim, caravelas, arcabuzes, germes, créditos, títulos, impostos e companhias comerciais tornaram-se armas eficazes na expropriação de meios de produção e de subsistência, de corpos e consciências dos povos do Sul global, integrando regiões de todo o planeta em torno do mercado mundial – hierarquicamente disposto com os Impérios capitalistas europeus se alternando nas suas posições centrais. (CASTELO, 2021).

Dessa forma, a assimilação da violência como potência econômica é posicionar os desdobramentos das expropriações, das colonizações e das opressões como fatores estruturais e estruturantes ao modo de produção capitalista.

Esses processos de acumulação e desacumulação estabeleceram pontos de partida drasticamente diferentes entre países, e, a partir dos processos de independência nos países e com a expansão do capitalismo internacional, forma-se um mercado capitalista global com espaços produtivos com diferentes papéis, que se inter-relacionam e configuram uma totalidade integrada a partir da subordinação entre nações - que não se dá mais de maneira formal. Ou seja, tal expansão estabelece uma divisão internacional do trabalho e coloca para a América Latina um novo papel, distinto da relação colonial na sua forma, mas perpetuando a lógica de submissão. A *dependência* é um conjunto de determinações da totalidade, uma categoria analítico-explicativa fundamental para o entendimento da configuração das nações latino-americanas. É a relação de subordinação entre países considerados como o centro do capitalismo e países considerados periféricos ao capitalismo. Segundo o cientista social Ruy Mauro Marini, o marco da dependência é a divisão internacional do trabalho e seu objetivo é a manutenção de uma ordem que perpetue relações de poder de reprodução do capital a nível internacional, assim, o mercado mundial divide-se, em um primeiro momento, entre economias industriais e não industriais (LUCE, 2018). É o mecanismo de subordinação de territórios - e todas as suas implicações socioeconômicas - ditos subdesenvolvidos.

Dessarte, subdesenvolvimento e desenvolvimento são aspectos inerentes e indissociáveis ao modo de produção capitalista, logo, são resultados do desencadeamento, expansão e amadurecimento do sistema mundial capitalista (OSÓRIO, 2016). A dependência, ao mesmo tempo que alimenta, é alimentada pelo

desenvolvimento desigual de forma combinada. Nos termos de Marini, a dependência é uma condição que não está posta para se enquadrar em parâmetro de igualdade entre nações, pois são justamente as relações desiguais que a nutrem.

O desenvolvimento desigual, assim considerado, é o resultado de uma relação também desigual entre os apropriadores privados mundiais do capital, que atuam de maneira combinada para garantir a permanência do seu modo de acumulação, e os trabalhadores explorados do mundo, que sustentam essa esfera de acumulação global. (TRASPADINI; STEDILE, 2011, p. 32)

No modo de produção capitalista, a jornada de trabalho se define no acúmulo do *trabalho necessário* - valor necessário para a reprodução da força de trabalho, que pode ser traduzido como salário - e do *trabalho excedente* - o lucro apropriado pelo capitalista que expressa a *mais-valia*. Durante a jornada de trabalho a classe trabalhadora produz *mais valor* do que o necessário para a sua reprodução, “O valor da força de trabalho é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzir os bens que permitem a sua manutenção (ou reprodução)” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 99), e mesmo que seja pago o valor da força de trabalho, o capitalista extrai da jornada de trabalho um excedente - a *mais-valia*. Assim, é dentro da relação de *exploração* que se engendra o desenvolvimento capitalista, que se sustenta na capacidade de apropriação do valor através da *mais-valia relativa*² e da *mais-valia absoluta*³.

Se temos a *exploração* como parte inerente do modo de produção capitalista, na América Latina enfrentamos uma particularidade sócio-histórica que aprofunda as relações de *exploração*. A *superexploração* é um mecanismo desenvolvido pelo capitalismo dependente para compensar a perda de lucro devido à subordinação de países centrais. Marini (1973) afirma que, enquanto a *exploração* é assentada como principal forma de apropriação de valor, a *superexploração* é o mecanismo pelo qual a burguesia no capitalismo dependente compensa os desdobramentos das trocas desiguais na economia internacional.

Assim, além da *exploração* pelos dois mecanismos-chaves (*mais-valia relativa* e *mais-valia absoluta*), aqui se dá a utilização

² O aumento do tempo excedente através da redução salarial, fomentado pelo barateamento das mercadorias necessárias à reprodução social da classe trabalhadora, mediante inovações tecnológicas.

³ Prolongamento da jornada de trabalho e do tempo excedente com a manutenção do salário.

direta de uma exploração *sui generis*: o pagamento de salários que não permitem ao trabalhador sequer reproduzir adequadamente sua vida, muito menos de sua família. (TRASPADINI e STEDILE, 2011. p 34).

A superexploração se fundamenta na maior exploração do(a) trabalhador(a), e, segundo Luce (2018, p. 178) ela pode acontecer mediante:

(i) o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor; (ii) o prolongamento da jornada de trabalho além dos limites normais; e (iii) o aumento da intensidade além dos limites normais. Enquanto a primeira forma atenta mais diretamente contra o fundo de consumo do trabalhador, as duas outras atentam contra o fundo de vida. Existe, ainda, uma quarta forma, que, na verdade, é um desdobramento da primeira, que se expressa quando se exerce um hiato entre o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho e a remuneração praticada.

Nessa perspectiva, *o aumento da intensidade do trabalho além dos limites normais* mostra-se como um aumento da extração de mais-valia através de um maior ritmo de trabalho. Esta forma de superexploração ocorre mediante procedimentos extensivos ou intensivos, provocando fadiga e esgotamento (MARINI, 1973, apud LUCE, 2018).

O prolongamento da jornada de trabalho além dos limites normais é uma forma de superexploração que ocorre de forma estrutural, ao qual trata-se de aumentar o tempo de trabalho excedente, violando o fundo de vida do(a) trabalhador(a) de forma que provoca um desgaste que impacta diretamente no seu tempo de vida útil. Exige-se do(a) trabalhador(a) um maior dispêndio de sua força vital, considerando que há uma redução de tempo para repouso - tanto na redução do tempo de almoço, quanto na redução de tempo de descanso semanal e na redução de férias - e de recuperação de sua energia, “Com isso, o sobredegaste de sua corporeidade físico-psíquica tende a levar à piora de suas condições de vida, ao adoecimento e ao esgotamento prematuro de seu tempo de vida útil.” (LUCE, 2018, p.188).

A forma de superexploração da força de trabalho através do *hiato entre o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho e a remuneração recebida*, ocorre mediante as transformações da sociedade que colocam novas necessidades

de bens de consumo, logo, aqueles produtos que antes eram considerados bens suntuários - bens de consumo de luxo -, passam a compor a cesta de consumo dos(as) trabalhadores(as). Tais bens deixam a condição de bens de luxo devido aos avanços tecnológicos que baratearam suas produções e também devido à uma necessidade posta pela sociedade capitalista. Considerando que historicamente novos bens vão se inserindo na cesta de consumo, há um aumento do valor da força de trabalho, no entanto, esse aumento não se concretiza no pagamento dos salários. Isto gera uma elevação no desgaste da força de trabalho, que por vezes a única forma de acessar alguns bens é através do aumento da sua jornada de trabalho e do endividamento.

Roberta Traspadini e João Pedro Stédile (2011, p. 34) destacam que Ruy Mauro Marini define algumas características essenciais para a baixa remuneração nos países periféricos, que atuam de forma integrada a fim de sustentar a reprodução ampliada do capital internacional. São eles:

- a) mão de obra abundante, antes a serviço do trabalho escravo assalariado mal remunerado;
- b) estruturas sindicais débeis, corroborando o sistema de exploração em vez de lutar contra o mesmo;
- c) uma classe operária historicamente jovem, que não tinha ainda consciência para si, nem acúmulo ideológico de um projeto socialista;
- d) poder da burguesia nacional diretamente associado aos interesses da burguesia internacional;
- e) Estado que responde aos interesses do modo de reprodução do capital.

Para tal, ergue-se outro pilar fundamental para a reprodução da dependência: a *transferência de valor* que expressa o *intercâmbio desigual*. A partir da apreensão de que o funcionamento da economia mundial se dá em uma totalidade integrada entre duas esferas distintas que se inter-relacionam (países centrais e periféricos) e regem-se por intermédio da lei do valor⁴, a transferência de valor como intercâmbio desigual caracteriza-se na negatividade da dialética, que por sua vez, verifica a *não identidade* entre a magnitude do valor⁵ produzido e a do valor apropriado (LUCE, 2018). Marini (1973, p. 33) afirma,

⁴ A lei do valor passa a regular as relações econômicas a partir da produção mercantil, cuja as mercadorias são trocadas conforme a quantidade de trabalho socialmente necessário nelas investidos (NETTO; BRAZ, 2012).

⁵ Segundo Marx, o valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário investido na produção.

Teoricamente, o intercâmbio de mercadorias expressa a troca de equivalentes, cujo valor se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário incorporado pelas mercadorias. Na prática, observam-se diferentes mecanismos que permitem realizar transferência de valor, passando por cima das leis de intercâmbio, e que se expressam na maneira como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias.

Dentro dessa lógica, a lei do valor compreende-se ao mesmo tempo pela sua assunção e também pela sua violação, logo, a lei do valor se materializa porque se viola o valor (LUCE, 2018). Logo:

O que procuramos colocar em evidência é que a lei do valor é simultaneamente o intercâmbio de equivalentes e a negação do intercâmbio de equivalentes, assim como o trabalho assalariado é trabalho livre (não servo, não escravo) e, ao mesmo tempo, não livre (trabalho alienado, trabalho assalariado com venda de mercadoria força de trabalho). Nesse sentido, quando prestamos atenção no momento da determinação negativa do valor (negação do intercâmbio de equivalentes), vemos que ele ocorre com maior frequência e assume caráter estrutural e sistemático em certo conjunto de economias, que são do capitalismo dependente. Nestas, a lei do valor expressa mais diretamente a violação do valor, enquanto nas economias centrais seu momento predominante - ou o que se expressa mais diretamente - é o intercâmbio de equivalentes, em que os preços ou orbitam próximos de seu valor, ou estão mais suscetíveis à atuação da lei do nivelamento da taxa de lucro. (LUCE, 2018, p. 31)

Em outras palavras, a transferência de valor expressa-se através do desenvolvimento desigual assentado na divisão internacional do trabalho e no intercâmbio desigual. Portanto, dentro da divisão internacional do trabalho, economias apropriam-se da riqueza produzida por outras economias, estas, por sua vez, subordinadas às primeiras. Dessa forma, a *transferência de valor como intercâmbio desigual* é posta na noção de apropriação de riqueza para alguns enquanto para outros é transferência/perda.

Outra particularidade estrutural do capitalismo dependente está na *cisão nas fases do ciclo do capital*: a ruptura entre a estrutura produtiva e as necessidades de consumo das massas. Enquanto o capitalismo na Europa ergue-se com a produção para o mercado interno, na América Latina se constitui para atender às necessidades dos países centrais, mediante economias exportadoras. Para Marini

(1973), para compreendermos a estrutura econômica do capitalismo dependente o ponto de partida deve ser a circulação do capital e posteriormente como que ela determina as condições do desenvolvimento das estruturas produtivas, para que assim, essa estrutura crie sua própria fase de circulação. Logo, a produção capitalista nas economias dependentes é definida a partir das demandas da produção e circulação internacional. O ciclo do capital no capitalismo dependente se constrói com uma forma específica de circulação, produzindo tendências particulares que levam à cisão⁶, são elas:

- 1) na origem do investimento (D-M), que provinha das casas comerciais controladas pelo capital estrangeiro e de empréstimos externos; 2) nos meios de produção utilizados (Mp), que eram em sua grande maioria importados (ferrovias, máquinas a vapor, câmaras frigoríficas etc); 3) na força de trabalho (Ft), que era contratada em condições híbridas entre a subsunção formal e a subsunção real e a baixíssimos salários; 4) na segunda fase da circulação (M'-D'), que se dava sobretudo no mercado externo, sem que os trabalhadores cumprissem um papel decisivo na realização das principais mercadorias produzidas, voltadas para a exportação, o que servia de estímulo a que os patrões e o Estado colocassem em marcha o regime de superexploração que estava se configurando, agudizando as relações básicas de distribuição (entre capital e trabalho); 5) na fase de acumulação (D¹-D²), que se completava, geralmente, em circuitos externos à economia dependente; 6) nas relações derivadas de distribuição (entre os distintos setores e frações da classe dominante, local e internacional), em que a riqueza era apropriada sob as relações determinadas pelas *transferências de valor*. (LUCÉ, 2018, p. 93-94)

Neste primeiro momento do ciclo do capital, a produção em países latinos dedica-se em atender as demandas do mercado externo, ao passo que países centrais perpetuam a relação desigual ampliando seu mercado interno e sua hegemonia. Nessa relação, as economias latino-americanas centralizam esforços na produção e exportação de matérias-primas e alimentos, e países centrais se dedicam à uma economia industrial como produtoras e exportadoras de bens industriais. Dentro dessa lógica, a produção de matérias-primas e alimentos para o capitalismo internacional não demandam a expansão de atividades produtivas complexas, assim, o desenvolvimento de outros setores produtivos fica aquém e

⁶ Em "Dialética da dependência" (1973), Marini aponta para dois períodos distintos, ao qual chama de "primeira cisão" e "segunda cisão". Trabalharemos aqui com as caracterizações desse primeiro período.

limitado à uma infraestrutura modesta que favorece as exportações. Aqui, o crescimento dos bens exportados se ampara na extensão das jornadas de trabalho e na multiplicação da força de trabalho dedicada à produção (OSÓRIO, 2016).

Assim, as categorias transferência de valor, cisão do ciclo do capital e superexploração explicitam o movimento dialético do desenvolvimento latino-americano a partir da primeira divisão internacional do trabalho⁷. Esse modo de produção se fundamenta em uma maior exploração e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva, configurando particularidades do capitalismo dependente que determinam as condições do modo de vida de trabalhadores e trabalhadoras, bem como as suas condições de trabalho. Os desdobramentos dessas particularidades são os mais diversos e seus impactos se materializam tanto de forma subjetiva quanto de forma objetiva. A compreensão do desenvolvimento capitalista em solos periféricos nos dá a base para uma leitura, a partir de uma totalidade, dos processos da formação social brasileira e sua relação direta com o controle da força de trabalho.

2.2 A emergência da questão social no Brasil

A questão social surge como objeto de análise em meados do século XIX, a partir de um contexto europeu em que lutas sociais e políticas de operários ganham força e expressão com sindicatos e partidos políticos proletários. As condições precarizadas de vida da classe trabalhadora passaram a ser expostas, e reivindicações para a solução de suas mazelas, como pauperismo, fome, péssimas condições de habitação, degradação do espaço urbano, eram frequentes e conseqüentemente notadas pela classe dominantes (CASTELO, 2010). As reivindicações passam a ser demandas coletivas e politicamente organizadas, assim, “A ‘questão social’ não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da

⁷ No livro "Subdesenvolvimento e revolução" (1974) Ruy Mauro Marini aponta para um contexto de imperialismo e, conseqüentemente, uma nova divisão internacional do trabalho a partir de 1960-70, ao qual incorpora-se como categoria fundamental da compreensão do capitalismo: o *subimperialismo*. As relações de dependência no modo de produção capitalista influem não somente entre nações do centro e da periferia, mas também como as economias subdesenvolvidas se relacionam entre si. Marini chama de *subimperialismo* a forma como os principais países do continente latinoamericano reproduzem no interior de suas economias e na forma como se relacionam com as demais economias subdesenvolvidas, os mesmos mecanismos de dependência e exploração.

sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado” (CASTELO, 2010). Rapidamente a expressão “questão social” é absorvida pela burguesia e, desde a segunda metade do século XIX, a colocam como um desdobramento natural às contradições sociais da sociedade capitalista. No entanto, a partir das formulações de Marx e Engels⁸, observamos que a expansão da acumulação de capital acompanha a expansão da pobreza e da exploração, e, assim, da questão social.

Fundamentado em uma análise marxista destacamos que a questão social é parte indissociável da acumulação capitalista e suas determinações estão dentro das margens da relação entre capital e trabalho. Se, nas sociedades precedentes ao modo de produção capitalista, a pobreza estava intimamente ligada à escassez diante do baixo desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais, na ordem do capital, a escassez está ligada à produção social, ou seja, é o resultado da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção. José Paulo Netto (2001, p.6) afirma:

A questão social, nesta perspectiva teórico-analítica, não tem a ver com o desdobramento de problemas sociais que a ordem burguesa herdou ou com traços invariáveis da sociedade humana, tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital.

Deixando de lado formulações generalistas e caminhando para um afunilamento em direção ao movimento concreto da particularidade brasileira, mais especificamente do Rio de Janeiro, faz-se necessária a compreensão de que a acumulação primitiva e a transição para o capitalismo dependente são aspectos inexoráveis à caracterização da questão social neste território.

Segundo Cristiane Sabino e Heloísa Teles (2021), a categoria transição pormenoriza o movimento contraditório das rupturas e continuidades, que “dinamizam o processo histórico como síntese de múltiplas determinações”. Dessa forma, são três momentos históricos que forjam tais determinações da nossa formação sócio-histórica. São eles: a) a colonização como forma de subordinação

⁸ Em seus escritos datados até 1844, os autores se apropriam da expressão “questão social” para descrever o pauperismo da classe trabalhadora, relacionando-a com a exploração e a alienação capitalista, no entanto abandonam a expressão alegando que esta “se refere a muita coisa sem dizer nada” e passam a referir-se aos problemas sociais sob a ótica classista dos trabalhadores (CASTELO, 2010).

da terra, do território e do trabalho; b) a transição para o capitalismo dependente; c) o domínio do capital como base das relações sociais nos marcos do capitalismo dependente e da subordinação imperialista.

Em “A ideologia alemã” (2019 [1818-1883], p.67), Karl Marx e Friedrich Engels, afirmam “As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder *espiritual* dominante”. Isto posto, as determinações econômicas constituem o cenário político moldando subjetividades, ideologias e as formas de exploração e opressão. Para compreendermos a emergência da questão social no Brasil, também perpetra-se a necessidade de compreendermos o debate das relações étnico-raciais no país.

A criação e disseminação de uma ideia de raça⁹, vincula-se ao cristianismo, como justificativa para a escravização e inferiorização de africanos(as) e povos originários, preconizada dentro dos ideais de branqueamento e branquitude¹⁰. Nesta marcha, a partir das contribuições de Sabino e Teles (2021) podemos afirmar que a partir da a colonização como forma de subordinação da terra, do território e do trabalho apresentam-se alguns aspectos:

- a) A propriedade privada como forma particular da terra e da riqueza, e a exploração como forma de trabalho e da condição de existência dos trabalhadores a partir da destruição ou subordinação dos seus sentidos originários;
- b) A imposição, a partir da violência, de escravizados como condição de mercadoria num processo íntimo ao capital comercial em processo de expansão global;

⁹ Utilizaremos aqui a definição de raça de Silvio Almeida (2019, p. 18): “Raça não é um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico. Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas. Foram, portanto, as circunstâncias históricas de meados do século XVI que forneceram um sentido específico à ideia de raça. A expansão econômica mercantilista e a descoberta do novo mundo forjaram a base material a partir da qual a cultura renascentista iria refletir sobre a unidade e a multiplicidade da existência humana. Se antes desse período ser humano relacionava-se ao pertencimento a uma comunidade política ou religiosa, o contexto da expansão comercial burguesa e da cultura renascentista abriu as portas para a construção do moderno ideário filosófico que mais tarde transformaria o europeu no homem universal (atentar ao gênero aqui é importante) e todos os povos e culturas não condizentes com os sistemas culturais europeus em variações menos evoluídas.”

¹⁰ A branquitude caracteriza-se como uma construção sócio-histórica produzida a partir de uma suposta superioridade racial branca, que por sua vez, procede em uma estrutura de sociedade alavancada no racismo em que sujeitos racializados como brancos possuem privilégios simbólicos e materiais.

- c) A luta de classes entre exploradores e explorados, que se expressa tanto na luta para o fim da condição de negros e negras como mercadoria quanto na luta pela terra, partes cruciais para a construção de relações sociais fora dos marcos da exploração e da dominação escravista;
- d) A construção de uma estrutura do poder organizado pelo Estado, em um primeiro momento colonial e posteriormente imperial e escravista, na intenção da concentração do poder político para a organização e subordinação de escravizados;

Já com relação à transição para o capitalismo dependente, as autoras afirmam que demarcam-se:

- a) Transformações nas formas de organização da produção que foram o solo para a dominação do capital sobre as relações sociais, dentro de uma ruptura que mantém as bases elementares de produção de riqueza nos marcos capitalistas;
- b) Transformações que estabelecem os alicerces para uma dependência econômica estrutural subordinada aos interesses da expansão do capital internacional e um Estado nacional empenhado na garantia de tal subordinação;
- c) A inserção na divisão internacional do trabalho com base em uma economia agrário-exportadora, que provém de uma relação mercantilizada da terra e da propriedade privada bem como da criação de uma força de trabalho livre destituída de terra e riqueza;
- d) A reelaboração de mecanismos ideológicos de dominação através de uma ciência que inferioriza negros(as) e indígenas no sentido de compatibilizar com as novas formas de organização do trabalho e da exploração, dentro das bases do capitalismo dependente.

Quanto ao domínio do capital como base das relações sociais nos marcos do capitalismo dependente e da subordinação imperialista, segundo Sabino e Teles (2021) caracterizam-se:

- a) O assentamento de relações sociais a partir do trabalho livre e do mando do capital, bem como novas mediações da dinâmica produtiva, da consolidação do Estado e da luta de classes.

- b) A consolidação do subdesenvolvimento como forma de desenvolvimento capitalista a partir da divisão internacional do trabalho.
- c) A manutenção e aprofundamento de uma estrutura desigual que apresenta-se como solo para a superexploração.
- d) A superexploração como forma de dominação rearranjada e a composição de uma superestrutura que seja compatível e que se expressa a partir do monopólio do poder político, ao qual mecanismos de dominação - racistas e patriarcais - se remodelam.

Dentro de tais aspectos apresentados desenham-se traços típicos da formação sócio-histórica brasileira, das relações sociais e da luta de classes que se dinamizam na emergência da questão social e do desenvolvimento capitalista global. Dessa forma, dentro de um movimento interno de dominação ideológica destacam-se a superexploração da força de trabalho, a propriedade privada e o racismo - a partir da concepção de branquitude -, particularidades estas que se colocam à serviço do movimento do capital e do capitalismo dependente.

No seio da configuração histórica de um país que passa por séculos de trabalho escravizado, a sua transição pelo alto para o trabalho livre condiciona um mercado que não absorve esses homens e mulheres que vieram de uma condição de exploração e expropriação. Temos um Estado que, de maneira perspicaz, no bojo de seus interesses, não cria alternativas para a sobrevivência dessa população. E, como já pontuado, a grande massa ofertada de força de trabalho pronuncia-se nas condições necessárias para a superexploração e para o desenvolvimento da dependência. Assim, sendo este o condicionante que demarca a classe trabalhadora no pós-abolição, uma classe trabalhadora que será incorporada a esta dinâmica econômica de forma restritiva e será fortemente reprimida e criminalizada (SABINO e TELES, 2021).

3. HOSPÍCIO PEDRO II (1852-1890)

3.1 O processo de industrialização e formação da classe trabalhadora

Ainda no início do século XIX, a corte portuguesa, que foge da guerra napoleônica, é transferida para o Rio de Janeiro e o cenário colonial passa por diversas mudanças substanciais de ordem social, urbana e econômica, dentre elas a abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional e um processo de urbanização, dando um maior dinamismo nas atividades comerciais e financeiras da cidade. Gradualmente, o território fluminense assume a posição de relevante centro consumidor e distribuidor de mercadoria, sendo o café principal produto dinamizador da acumulação da economia brasileira (CASTELO et al, 2020). A cafeicultura foi uma etapa de suma importância que antecedeu e possibilitou o processo de industrialização, dessa forma,

A economia cafeeira surgiu, portanto, conectada ao mercado externo. Desde o norte fluminense ao Vale da Paraíba, passando pela Baixada, as zonas cafeeiras do Rio de Janeiro possibilitaram o controle do mercado mundial do produto. Em 1843, o Brasil supria 40% da oferta de café do mundo, percentual que ascenderia nas décadas seguintes (CASTELO et al, 2020, p. 22).

O tripé da monocultura de exportação, do latifúndio e da força de trabalho escravizada, respaldados pela colonização, é a porta de entrada para o mercado mundial, logo, a partir do capital excedente gerado pela economia agroexportadora foi possível o investimento no setor industrial, principalmente no setor têxtil, possibilitando um salto de qualidade no desenvolvimento da indústria no Rio (CASTELO et al, 2020). Assim, os primeiros passos para o processo de industrialização no Brasil foram sediados pelo estado do Rio de Janeiro durante o século XIX, permitindo a cidade experimentar um considerável crescimento econômico-social a partir da acumulação de capital comercial e fundiário, dinamizando “um conjunto de atividades financeiras e econômicas em casas de negócios, manufaturas, pequenas indústrias, casas bancárias e serviços” (CASTELO et al, 2020, p. 22). Os principais setores industriais que se destacaram a

partir do investimento gerado pela produção agroexportadora foram a indústria têxtil¹¹ e a metalúrgica¹².

O processo de modernização e industrialização no Rio de Janeiro acompanha um encadeamento de determinações externas e internas relacionadas às lutas abolicionistas em curso durante o século XIX. As pressões internacionais pelo fim da escravidão já estavam caminhando desde as primeiras décadas do século, motivadas por uma preocupação da Inglaterra, que, ao abolir o tráfico negreiro em suas colônias, necessitavam da constituição de um mercado consumidor para seus produtos manufaturados, logo “(...) as classes dominantes inglesas adotaram, sob o véu de uma súbita solidariedade humanista unguida de uma ética protestante, a política de combater o tráfico negreiro e a escravidão da América Latina” (CASTELO et al, 2020, p. 19).

Estamos falando de um contexto em que o Brasil está às vésperas da Lei Áurea e da Proclamação da República. Assim, a modernização conservadora se sustenta na conservação de um cenário arcaico como pano de fundo. O capital estrangeiro, sobretudo o britânico, se debruça no investimento de áreas estratégicas, modernizando o Império brasileiro através de mecanismos que façam a manutenção da ordem hegemônica vigente, dessa forma, há uma modernização pelo alto com protagonismo do capital estrangeiro. Para que tal recurso de modernização conservadora se concretize, há alguns mecanismos. As táticas de manipulação política para a manutenção de privilégios simbólicos e materiais por parte da burguesia não foram poucas, segundo Moura (2014) foram elas: A Tarifa Alves Branco (1844); a Lei da Terra (1850); a Lei Eusébio de Queirós (1850); a Guerra do Paraguai (1865-1870); e a política imigrantista, como iremos demonstrar.

A Tarifa Alves Branco, em suma, foi uma medida protecionista de reformulação das taxas alfandegárias na importação de produtos. Moura (2014, p. 105) afirma:

¹¹ “Várias indústrias do setor têxtil foram criadas na cidade, uma vez ampliada a demanda por esse tipo de mercadoria, principalmente por parte do Exército brasileiro, devido à Guerra do Paraguai” (LEVY, 1994 apud CASTELO et al, 2020, p. 22).

¹² “(...) impulsionado principalmente pelas demandas do arsenal de Marinha de Guerra e posteriormente das encomendas militares derivadas da Guerra do Paraguai e pela construção da primeira malha ferroviária do país com capitais agrários e estatais, que começou em 1852 com a Estrada de Ferro Mauá (em Magé) e ganhou enorme impulso com a Estrada de Ferro Central do Brasil” (MELO e OLIVEIRA, 2016 apud CASTELO et al, 2020, p.23-24).

A intenção de abrir novos mercados de trabalho através da criação de indústrias significa, como se pode concluir sem muito esforço, a criação de um setor de trabalhadores *livres* nas brechas da economia escravista. No caso particular do Brasil, a política de desvalorização do trabalhador nacional, especialmente negro e do não branco para esse tipo de atividade, significava estimular a vinda de trabalhadores estrangeiros brancos capazes de dominar ‘técnicas mais avançadas de produção’, segundo a ideologia predominante. Os escravos, como fica muito claro, estavam excluídos desse processo de mobilidade social, bloqueados pela sua condição de cor e de classe e por isto mesmo impossibilitados de competir nesse processo de *modernização* na área do trabalho.

Sendo assim, Moura (2014) aponta para uma relação dialética, ao qual o Brasil vivencia duas sociedades, uma *arcaica* - que era ignorada e não estava passível de modificações - e uma *moderna* - que parte de uma industrialização que cresce e se moderniza através da escravização de uma grande massa de trabalhadoras e trabalhadores, ou seja, o processo de modernização se fundamenta para produzir e reproduzir desigualdades, através daquilo que é considerado *arcaico* pelo autor.

O modelo de industrialização nos quadros do escravismo era mais uma proposta ideológica de se modernizar o Brasil sem se considerar nossa realidade estrutural. Com isto mantinha-se uma sociedade arcaica idealizando-se uma dinâmica impossível de ser conseguida dentro do modo de produção escravista no que ele tinha de fundamental. (MOURA, 2014, p. 107-108)

Seguindo o fio, a Lei da Terra (1850) foi outro mecanismo regulador a fim de preservar os interesses da burguesia, tendo um papel central com repercussões gritantes até os dias atuais. Até 1850 o Estado era proprietário das terras, e estas podiam ser adquiridas através de doações. Com um cenário que indicava a aproximação da Abolição, setores da classe dominante passaram a se preocupar em qual seria a posição de ex-escravizados(as) após sua libertação e com a possibilidade de adquirirem terras. Em virtude de tal implicação, surge a Lei da Terra, ao qual o Estado abre mão do seu direito de doador e distribuidor de terras e passa a mercantilizá-las. Logo, aqueles recém libertos e libertas não teriam possibilidade de aquisição de suas próprias terras, criando então mais uma premissa de marginalização social desse segmento (MOURA, 2014).

O que se desejava, em última instância, era, através dessa estratégia de *modernização*, conserva-se a grande propriedade, mas com o trabalhador livre importado, descartando-se, assim,

definitivamente, a integração do trabalhador nacional, especialmente do ex-escravo negro após a Abolição. (MOURA, 2014, p.111)

A partir de tal medida estatal que impede a democratização de terras, Clóvis Moura (2014) indica que durante o processo de transição para o trabalho livre e com a entrada de imigrantes no país, há três principais níveis de estratificação: escravizados(as), com possibilidade de mobilidade social quase ínfima; população camponesa, constituída de mestiços(as) e negros(as) livres, sem posse de terra; imigrantes, que possuíam terras e constituem a camada de pequenos(as) proprietários(as).

Ainda em 1850, a Lei Eusébio de Queirós proíbe o tráfico negreiro internacional, mudando radicalmente a dinâmica do comércio de escravizados no Brasil. Com a promulgação da lei, foram muitas tentativas de contrabando e o comércio interprovincial ganha força, na intenção de substituir a importação da mão de obra escravizada. Com essa dinâmica, há um aumento significativo no preço de pessoas escravizadas, favorecendo ainda mais a política imigrantista que visa o branqueamento da população.

A Guerra do Paraguai, datada no ano de 1865, foi outro fator relevante nesse processo de transição para o trabalho livre e afetou em diversos níveis atividades da vida nacional (trabalho, indústria, comércio, política), bem como as relações escravistas (MOURA, 2014). Considerando as políticas internas, o conflito auxiliou na sustentação ideológica do pensamento crítico com relação ao trabalho escravizado:

As ideias abolicionistas desenvolviam-se progressivamente e o governo imperial viu no conflito um pretexto feito sob medida para neutralizá-las invocando o conceito de Pátria em jogo. (...) O governo recorreu a um discurso cuja retórica disfarçaria o desejo de continuidade do trabalho servil. (MOURA, 2014, p. 139)

Dessa forma, pessoas escravizadas foram recrutadas¹³ compulsoriamente para lutarem nas fileiras do Exército brasileiro em terras paraguaias, com a promessa de alforria no retorno para o Império brasileiro. Outras parcelas de escravizados fugiram de seus senhores na intenção de se alistar voluntariamente

¹³ “Não se sabe precisamente quantos negros o governo comprou das suas próprias senzalas, mas se sabe com segurança o número de negros depois de cinco anos de lutas, e morreram na guerra entre 60 e 100 mil” (MOURA, 2014, p. 139)

visando tal promessa de liberdade. Por outro lado, houve senhores que, para fugirem do seu dever de incorporar-se às tropas brasileiras, mandavam escravizados no seu lugar (MOURA, 2014). Moura (2014, p.140-141) afirma:

Com a deserção quase total da classe senhorial e seus associados dos seus deveres militares, o Exército será engrossado substancialmente por escravos negros (alguns engajados voluntariamente, mas a maioria esmagadora de forma compulsória), capoeiras, negros forros, mulatos, desocupados etc. caçados arbitrariamente e violentamente para serem *voluntários da pátria*. Verdadeiras razias eram feitas no interior e nas cidades prendendo, coagindo ou obrigando os membros da plebe a serem incorporados ao Exército. Milhares de cidadãos tiveram de seguir contra a vontade, enquanto os membros das classes senhoriais, seus protegidos e de políticos influentes na Corte permaneciam assistindo à guerra.

Tais aspectos elucidam como a burguesia branca se resguardou diante a guerra em curso, colocando nas trincheiras corpos, que por motivos sociais e raciais, eram descartáveis. Por outro lado, escravizaram paraguaios prisioneiros de guerra, “objetivando repor e reestabelecer o equilíbrio demográfico, a viabilidade e a *racionalidade* da escravidão” (MOURA, 2014, p. 144).

Os processos explicitados aqui, no sentido da urbanização e industrialização, apresentam as contradições em curso no contexto de transição para o trabalho livre. Nesse cenário, como vimos, há uma série de legislações articuladas para a manutenção da estrutura posta, e, assim, a classe trabalhadora carioca vai se conformando a partir de tais contradições. Ao compreendermos classe como “processo e relação”, não podemos balizar a Abolição de 1888 como marco inaugural para a explicação da formação da classe trabalhadora (MATTOS, 2008).

No contexto urbano carioca, não eram poucas as fábricas que dispunham de mão de obra escravizada, portanto, escravizados(as), ex-escravizados(as) e livres compartilhavam espaços de trabalho - e também outros territórios da cidade. Desse modo, “(...) em 1850, a população escrava correspondia a 31% da população total; apenas dois anos depois, em 1852, esse percentual caiu para 15%; em 1887, às vésperas da Abolição, o percentual era de somente 5%” (MOURA, [1959] 1988, apud CASTELO et al, 2020, p. 19). As lutas populares de resistência contra a exploração e opressão por parte de quem estava na condição de escravizado(a) e seus descendentes, tiveram papel primordial para que as estruturas da sociedade fossem abaladas, destacamos aqui o papel dos quilombos, que tinham um papel de

organização econômica, militar e cultural, bem como a radicalização do movimento abolicionista.

Escravizados(as) e assalariados(as) vivenciaram - de diferentes formas - a opressão, alienação e exploração, os espaços compartilhados por diversos sujeitos da classe trabalhadora carioca teceram redes de sociabilidade, solidariedade e controle do mercado de trabalho, que por sua vez, contribuíram na constituição do sindicalismo, ainda em tempos de escravização, ao qual contaram com ampla participação de ex-escravizados(as) e seus descendentes (MATTOS, 2008). É a partir de 1850, que os primeiros confrontos grevistas foram registrados (MATTOS, 2008), movimentos estes compostos de escravizados(as), ex-escravizados(as) e pessoas livres. A presença desses sujeitos em lutas de resistência não se limitava apenas àquelas ligadas ao chão de fábrica, mas também ao movimento abolicionista. Conforme Marcelo Badaró Mattos (2008, p.21) afirma:

Tendo em vista que escravizados e livres conviveram em ambientes comuns de trabalho urbano; que protestos coletivos de uns e de outros, aproximando-se e distinguindo-se em forma e conteúdo das reivindicações, coexistiram no tempo e no espaço; que formas associativas foram muitas vezes compartilhadas e que discursos identitários surgiram a partir de comparações entre o trabalho escravo e o trabalho livre, trabalhamos com a hipótese de que no processo de formação da classe trabalhadora do Rio de Janeiro, no período que vai de meados do século XIX às primeiras décadas do século XX, a presença da escravidão, as lutas dos escravos pela liberdade e as formas pelas quais as classes dominantes locais buscaram controlar seus escravos e conduzir um processo de desescravização sem maiores abalos em sua dominação foram fatores decisivos para a conformação do perfil da nova classe de trabalhadores assalariados.

Perante tais processos de industrialização e formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro, não podemos ignorar as medidas estatais que antecederam a Abolição muito menos a relação e convivência entre trabalhadores(as) escravizados(as) e livres na cidade, influenciando nas experiências de vida, de trabalho e nas formas de organizações sociais e políticas. Como reitera Castelo et al. (2020, p.27),

O fazer-se da classe trabalhadora no Brasil é um longo processo que tem profundas raízes no período escravista. É um mito achar que a formação da classe trabalhadora começa nos centros urbanos do Sudeste com a militância dos operários fabris de origem estrangeira

e que defendiam os ideais anarquistas. A classe trabalhadora brasileira é herdeira das lutas dos escravos e escravas, rurais e urbanos, que, durante cerca de meio século, compartilharam experiências com os trabalhadores livres.

Desse modo, considerando uma formação sócio-histórica que se finda a partir de diversos elementos já elencados aqui, observamos a conformação de uma classe trabalhadora brasileira, sobretudo a carioca, com marcas profundas dos processos de escravização, exploração e também de resistência, marcas estas que exercem função fundamental de transformação nas relações sociais. Observamos aqui os mais variados recursos econômicos e sociais para a manutenção de um sistema, sem que houvesse mudanças estruturais no bojo da sociedade brasileira. Compreender a conjuntura do Rio de Janeiro durante o século XIX, sendo este o principal pólo dinamizador da economia na época, bem como seu processo de industrialização e transição para a mão de obra livre se faz necessário para o conhecimento das formas de controle da força de trabalho, especialmente aquelas provenientes de instituições do Estado.

3.2 A trajetória do Hospício Pedro II durante o período do Império

Como abordamos anteriormente, o contexto do século XIX no Rio de Janeiro foi de tamanha efervescência no âmbito econômico, social e político. Observamos como as transformações no processo produtivo no principal pólo da economia do país determinaram estruturalmente as direções da transição para o trabalho livre, conformando as particularidades da nossa classe trabalhadora e do capitalismo dependente brasileiro de forma dialética¹⁴. As transformações apresentadas foram parindo novas demandas para o território carioca, a construção de uma cidade

¹⁴ “Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez” (MARX, 1983, apud NETTO, 2011, p. 51)

moderna, cosmopolita, com padrões europeus era algo vislumbrado pela classe dominante e pelo poder público. No entanto, a real configuração das ruas da cidade não condiziam com o perfil almejado, a pobreza urbana era crescente e a intervenção do Estado se materializava através da lógica assistencialista e policialesca. Assim, a imposição de um padrão urbano e comportamental se debruçou também - para além das mais diversas formas de violências já colocadas anteriormente aqui - no controle da força de trabalho através da institucionalização, sobretudo daqueles(as) considerados(as) loucos(as).

No Rio de Janeiro, até meados de 1830, as pessoas em sofrimento psíquico não obtinham um tratamento específico, e muitas vezes eram destinadas às prisões por vagabundagem e/ou perturbação da ordem pública. Portanto, o mais comum era a institucionalização nas celas especiais dos hospitais gerais das Santas Casas de Misericórdia (COSTA, 2007), instituições estas ministradas pelo poderio católico e destinadas ao tratamento de enfermos com forte inclinação à caridade. Conforme as contribuições de Monique de Siqueira Gonçalves (2011, p.30) sobre as condições das Santas Casas de Misericórdia,

(...) por meio dos membros da Comissão de Salubridade Geral da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, surgiram as primeiras críticas ao tratamento dispensado aos alienados mentais nos hospitais gerais, em especial na Santa Casa de Misericórdia. Nesta, tais doentes permaneciam, segundo as denúncias formuladas por Sigaud (1844), amontoados em doze células pequenas, separados dos demais pacientes somente por algumas pranchas e sob uma sala de estudos frequentada por um auditório barulhento. Além disto, as janelas de tais células davam para um corredor que servia de passagem para o serviço da casa, expondo os 'desgraçados alienados' à curiosidade dos transeuntes, aos seus insultos e a assíduas piadas. De acordo com o relato de Sigaud, a situação dos escravos loucos internados nas dependências da Santa Casa de Misericórdia era ainda pior, visto que eles dormiam sob uma cama de madeira, ou tinham parte do corpo atada a um tronco, no qual, durante o dia, eram presos para serem açoitados, como um método de repressão aos acessos de fúria ou delírio. Sigaud apontava também, quanto ao tratamento de tais alienados, para a aplicação de uma terapêutica indiferenciada, que prejudicaria o restabelecimento de tais doentes. Por último, ressaltava os prejuízos que causava a livre circulação de doentes mentais pelas ruas da cidade e do campo, entre as pessoas sãs, o que possibilitava a consumação de crimes, ou mesmo de suicídios.

As mudanças sociais da época exigiam um controle social rebuscado e eficiente, dessa maneira, a medicina é solicitada no ordenamento do espaço urbano, e assim emerge a psiquiatria brasileira (AMARANTE, 1994).

Em 1830, uma comissão da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro realiza um diagnóstico da situação dos loucos na cidade. É a partir desse momento que os loucos passam a ser considerados doentes mentais, merecedores, portanto, de um espaço próprio, para sua reclusão e tratamento. Antes, eram encontrados em todas as partes: ora ainda nos porões das Santas Casas de Misericórdia. Em enfermarias e hospitais era muito raro encontrar um louco submetido a tratamento. (AMARANTE, 1994, p. 74)

A mobilização de tal comissão da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro denunciou os maus tratos, as condições de higiene inadequadas e a falta de um tratamento condizente, asseverando a necessidade de criação de um local adequado para o tratamento de pessoas consideradas alienadas mentais¹⁵. Logo, é no ano de 1841 que, a partir de um projeto apresentado pelo provedor da Santa Casa de Misericórdia, José Clemente Pereira, que o imperador Pedro II decreta a criação de um hospital psiquiátrico na cidade do Rio de Janeiro (GONÇALVES, 2011).

A manutenção de uma ordem urbana se pauta intrinsecamente em uma política de ordenação e civilização que se respalda nos modelos europeus de sociedade, e, a construção de um hospício era a aposta do Império do Brasil na intenção de se equiparar a essas grandes nações ocidentais, portanto, “a estruturação de um estabelecimento desta natureza representaria um avanço face às nações modernas” (GONÇALVES, 2011, p. 29). Logo, o que se assentava era, por um lado, a garantia de um espaço minimamente adequado - tanto no âmbito da salubridade quanto no âmbito de um tratamento específico daqueles(as) tidos como alienados(as) -, e, por outro lado, uma lógica higienista respaldada na segregação total de pessoas que não são condizentes com o ideal de nação vislumbrado pela classe dominante.

¹⁵ O termo “alienismo” foi difundido na passagem do século XVIII para o XIX a partir das formulações do psiquiatra Philippe Pinel - ao qual teve fortes influências nas origens da psiquiatria brasileira - e “em sua origem, o alienismo ligou-se inextricavelmente ao ideário da modernidade. A crença no poder da ciência, geradora do progresso da civilização, dominava os meios científicos e culturais. O alienismo foi produto dos novos paradigmas do pensamento científico e filosófico, sobretudo daqueles relacionados ao iluminismo, ou filosofia das luzes. Ele surgiu como um aparato de vanguarda da intervenção médico-científica na vida do indivíduo e da sociedade, prometendo recuperar alienados mentais através da ação médica” (TEIXEIRA, 2019)

O Império do Brasil não mediu esforços para a construção do edifício, e, no ano de 1845 o médico Antonio José Pereira das Neves foi enviado à Europa com a tarefa de visitar as principais instituições psiquiátricas a fim de colher informações para construção do primeiro hospício brasileiro (GONÇALVES, 2011). Assim, em 1852 é inaugurado o Hospício Pedro II, o Palácio dos Loucos, na Praia Vermelha do Rio de Janeiro. “A partir de então, todos os doentes mentais foram reunidos no Hospício Pedro II, cuja direção permaneceu, no entanto, confiada aos religiosos da Santa Casa de Misericórdia” (COSTA, 1944, p.40).

Ao abrir suas portas, o hospício recebeu logo de cara 140 alienados mentais, sendo sua capacidade máxima de 150 pessoas. Porém, ao inaugurar, ainda estava em obras e só tinha estimativa de término para o ano de 1854, podendo, então, receber 300 alienados(as) (150 homens e 150 mulheres), posteriormente, na década de 70, a partir de novas obras, sua capacidade aumentaria totalizando 390 pacientes (GONÇALVES, 2011). Segundo Gonçalves (2011, p. 51) as admissões ocorriam da seguinte forma:

Podemos concluir que as admissões de alienados das diferentes províncias eram emitidas pelo provedor da Santa Casa, pois este era o intermediário entre a administração do Hospício Pedro II e o Ministério do Império, que era o responsável por passar os pedidos para a provedoria, cujas respostas eram sempre pautadas nos mapas diários confeccionados pela administração do hospício, que fazia referência à quantidade de pacientes presentes no estabelecimento.

A subdivisão em classes sociais é o que pautou os serviços de assistência aos alienados(as), dessa forma, ao serem admitidos eram separados em indigentes (não pagantes) e pensionistas, estes pagavam cotas diárias de acordo com sua respectiva classe (GONÇALVES, 2011). Por sua vez, as classes eram divididas da seguinte forma: compunham a primeira classe pessoas brancas, membros da Corte, fazendeiros e funcionários públicos; compunham à segunda classe, os lavradores e trabalhadores domésticos; à terceira classe compunham pessoas de baixa renda, e escravizados(as) de senhores importantes. Aqueles(as) que poderiam ser admitidos(as) através de um custeamento, os pensionistas, apenas poderiam estar sob essas condições mediante um pagamento mensal e da presença de um responsável que garantisse tal pagamento. No entanto, aqueles(as) que não tivessem condições de pagar pelo tratamento poderiam ser admitidos gratuitamente,

desde que comprovado, sendo eles(as), principalmente, indigentes, escravizados(as) e marinheiros de navios mercantes (GONÇALVES, 2011). Dessa forma,

Dentre os primeiros ocupantes do Hospício Pedro II, José Clemente Pereira, provedor da Santa Casa, relacionou 74 homens e 66 mulheres, dos quais 126 eram classificados como tranquilos, 10 como agitados e 4 como imundos. Desse total, 63 eram brasileiros, 57 estrangeiros e 20 tinham a nacionalidade ignorada. Quanto à procedência, 113 advinham do município da Corte, 20 da província do Rio de Janeiro, e 7 de outras províncias do Império: 1 de Minas Gerais, 1 de Santa Catarina, 4 do Rio Grande e 1 do Sergipe (GONÇALVES, 2011, p.36)

Ao longo dos anos o manicômio foi ganhando fama e se tornando referência por todo o território do Império. Sendo o Rio de Janeiro o principal centro urbano, o grande contingente de migrantes na cidade, bem como a quantidade de pessoas escravizadas - que muitas vezes eram depositadas nas ruas e consideradas vagabundas pelas autoridades -, tiveram um papel crucial na crescente de demandas por vagas no hospício, que já abre suas portas praticamente com sua lotação máxima. O problema de superlotação passa a extrapolar o controle da provedoria do Hospício Pedro II, que no ano de 1856 já clamavam para que não fossem enviados alienados sem sua consulta prévia. Gonçalves (2011, p. 43) afirma,

No entanto, as remessas continuavam, e, em 1858, a lotação do hospício que na época era de 300 alienados, já alcançara um total de 335 alienados, dos quais 262 eram indigentes. Este foi o motivo pelo qual, naquele ano, as respostas afirmativas aos pedidos de internamento passaram a necessitar de um comprovante de que os indivíduos em questão não fossem 'reconhecidamente idiotas, imbecis, epiléticos ou paralíticos dementes, que se reputavam incuráveis', o que, sem dúvida, denotava não só uma grande preocupação com a assistência contínua que estes doentes, em especial, requeriam pelo resto da vida, como a preocupação de que o hospício exercesse a função de um estabelecimento terapêutico, visando à cura de alienados mentais e não uma instituição de recolhimento indiferenciado.

A partir de um relatório, o provedor do hospício Manoel José Barbosa destacou os obstáculos provenientes da superlotação, apontando para a preocupação que o Hospício Pedro II logo se tornaria em um asilo de inválidos.

Manoel José Barbosa, destacou, ainda, que a admissão de sujeitos considerados inválidos “impossibilitava a distribuição dos loucos pela classificação” (GONÇALVES 2011, p. 45). Para além disso, também chamou atenção ao fato que a falta de informações prévias sobre a origem e a época do aparecimento da loucura daqueles(as) alienados(as) admitidos(as), expressava uma negligência por parte das autoridades e das famílias (GONÇALVES, 2011).

Diante das condições apresentadas, em 1858, foi encaminhado um pedido de reforma ao Ministério do Império, a fim de sanar tais dificuldades. O pedido contemplava quatro pontos principais:

O primeiro fixava a lotação máxima do hospício em 150 homens e 150 mulheres; o segundo suspendia “por um ano” as remessas de alienados das casas de caridade das províncias e estabelecia que ao fim deste prazo os pacientes só poderiam ser enviados com a autorização do Ministério do Império; o terceiro delimitava as “classes” de alienados que poderiam ser recebidos, sendo eles: alienados agitados, maníacos, dementes que não fossem tranquilos, maníacos epiléticos e todos aqueles que manifestassem tendência para o suicídio ou homicídio; por último, proibia a admissão de dementes já paralíticos, epiléticos em estado de imbecilidade, idiotas e velhos decrepitos. Acrescentando-se que todos aqueles enviados pelas autoridades estariam sujeitos a uma análise do clínico facultativo, por meio da qual se avaliaria se o mesmo poderia viver fora do hospício e que sendo positiva a resposta o paciente seria reenviado ao seu lugar de origem com o respectivo laudo. (GONÇALVES, 2011, p. 46)

Durante a década de 1860, apesar das solicitações realizadas ao Ministério do Império, o contingente irregular ainda assim vinha em uma crescente, e, no ano de 1862 atinge seu ápice, alcançando 400 pacientes (GONÇALVES, 2011). Apesar de alterações nas regras de admissão, documentos evidenciam um trato abusivo por parte da polícia da Corte, que continuava enviando números absurdos de alienados(as) à instituição. Podemos notar, segundo o levantamento de Monique da Siqueira Gonçalves (2011), que a porcentagem de pessoas institucionalizadas via o aparato repressivo da polícia da Corte representava 46% no ano de 1869. Através de uma pesquisa documental da segunda metade do século XIX, realizada pelo assistente social Antonio Reguete Monteiro de Souza em seu artigo “Questão Social e Assistência na formação do Brasil: o papel da polícia” (2022), observamos a polícia como um braço do Estado no controle da classe trabalhadora. Ao desvelar sobre o papel da polícia, Souza (2022, p. 6) afirma:

Seu ponto fundamental era a gestão da vida urbana – comércio, trabalho e assistência para os pobres válidos e inválidos –, de maneira que era necessário garantir a circulação, a ordem, a segurança, a propriedade e as instituições. O Estado de Polícia, urbanidade, mercado, meios de produção e força de trabalho são arestas de uma mesma teia na formação dos Estados modernos.

A Guerra do Paraguai (1864-1870), também influenciou no aumento de internados(as) dentro dos muros do Hospício Pedro II. Não foram poucas as requisições de internação por parte do Ministério da Guerra, eram capitães a praças do Exército, acometidos pela loucura durante a guerra (GONÇALVES, 2011) - e, como já pontuado aqui anteriormente, em sua maioria negros escravizados, aqueles que viviam a promessa da liberdade muitas vezes acabavam encarcerados no hospício.

O Hospício Pedro II se pautava em uma lógica manicomial de isolamento total, isolar para tratar sem interferências externas, nesse sentido acreditava-se que não haveria cura sem o isolamento. Dentro desse modelo hegemônico, o isolamento não se limitava apenas com o meio externo, mas dentro dos muros do hospício demandava-se também divisões, acreditava-se na terapêutica de segregação entre aqueles(as) considerados loucos inofensivos e incuráveis daqueles agitados passíveis de cura.

O hospício é assim arquitetonicamente dividido em duas partes simétricas. Tem a forma de um retângulo com um bloco central separando essas duas alas laterais cada uma contendo dois pátios internos. Cada divisão está ainda subdividida em três classes. A primeira classe, que dispõe de quarto individual; a segunda, com um quarto para dois alienados e a terceira classe, que congrega também os indigentes, dispõe de enfermarias gerais para quinze pessoas. E a distribuição dos indivíduos ainda se refina pela divisão dos pensionistas de primeira e segunda classes em tranquilos e agitados e os de terceira classe e indigentes em tranquilos limpos, agitados, imundos e afetados de moléstias contagiosas. (MACHADO et al., 1978, p. 433)

A partir da bibliografia estudada, observa-se que o tratamento para aqueles(as) considerados(as) loucos(as) respaldou-se, acima de tudo, em um tratamento moral principalmente daqueles(as) mais pobres e subalternizados(as). Dessa forma, a reclusão não poderia ser espaço para o ócio ou da inércia, portanto,

a lógica da dignificação através do trabalho imperou dentro do Palácio dos loucos. Trabalhos na cozinha, manutenção, jardinagem e limpeza eram obrigatórias para aqueles sujeitos classificados na terceira classe, sendo a obediência e docilidade os fins a serem alcançados, sob o pretexto que através do trabalho, ao aprender um ofício poderiam, posteriormente, exercê-lo na sociedade evitando a desocupação - sendo, nessa concepção, a causa de loucura. A obrigatoriedade do trabalho era exclusiva apenas para aqueles(as) enquadrados(as) na terceira classe, para as duas primeiras classes era apenas recomendável pequenos trabalhos manuais, jogos e leitura.

A essa realidade corresponde a teoria psiquiátrica do trabalho como principal meio de cura, afirmando que sua principal finalidade não é a busca do lucro, mas o próprio trabalho como princípio a ser interiorizado, como um bem que deve ser adquirido. Trabalho significa coordenação dos atos, atenção, obediência a um encadeamento de fases da produção que permitirá chegar ao produto. Significa existência de regras às quais o alienado deve se adequar. É uma fonte poderosa de eliminação da desordem, de submissão a uma sequência coordenada e ordenada. (...) O trabalho é, portanto, em si mesmo terapêutico. (MACHADO et al., 1978, p. 441)

A distribuição do tempo, se por um lado, priorizava e determinava as horas de trabalho, com relação à medicalização, era praticamente inexistente um momento próprio para a medicalização (MACHADO et al. 1978). O saber hegemônico da instituição respaldou-se na concepção de que o tratamento era mais no âmbito da educação - ou seja, moral - do que da medicalização. Machado (1978, p. 438) afirma: "Se não há tempo específico de medicalização é que, paradoxalmente, o hospício medicaliza a totalidade do tempo da vida dos indivíduos que estão a ele submetidos".

Nesses parâmetros, a vigilância era outro aspecto imprescindível na manutenção da ordem do hospício. Machado (1978), em suas pesquisas sobre o primeiro relatório do Hospício Pedro II relata que,

Os alienados são vigiados noite e dia e nem dentro nem fora do estabelecimento deixam de estar acompanhados; há sempre enfermeiros que velam para que eles estejam limpos e asseados e com a sua presença evitem os perigos de distúrbios e alterações. O louco deve ser vigiado em todos os momentos e em todos os

lugares. Deve estar submetido a um olhar permanente. (MACHADO et al. 1978 p. 435)

Diante de tais fatos, evidencia-se que a instauração de um hospício de tamanha magnitude em um dos principais pólos do país, supre uma necessidade de ordenação social da cidade. Segundo a bibliografia apresentada, não foram poucos os esforços para que a instituição não se tornasse um mero depósito de loucos inválidos, no entanto nota-se que o hospício cumpre um papel de convergência entre a ideologia psiquiátrica de segregação e isolamento e os interesses da classe hegemônica. Esses padrões ideológicos não se restringiam apenas à relação direta entre a instituição e a sociedade externa na medida em que o hospício tem função moralizadora dentro de seus muros.

Nesse sentido, o papel da igreja diante desse processo mostrou-se crucial na manutenção de uma ordem moral, considerando que durante anos a direção do hospício ficou sob responsabilidade da Santa Casa de Misericórdia. Foi somente em 1890 que a instituição passou a ser administrada pelo Estado, transformando-se, portanto, em uma instituição laica.

4. O HOSPITAL NACIONAL DOS ALIENADOS (1890-1943)

4.1 A primeira república e as mudanças no Hospital Nacional dos Alienados.

O final do século XIX é marcado por significativas mudanças no Estado, e, no Rio de Janeiro, há uma aceleração no processo de urbanização e do desenvolvimento das forças produtivas. Nos últimos anos do século foram fundados um grande número de estabelecimentos industriais, estimulados pelo aperfeiçoamento dos meios de transporte - as vias férreas -, a otimização no ritmo da construção civil e os melhoramentos urbanos (COSTA, 1999). Castelo et al. (2020, p. 24) ainda afirmam,

Outro fator que impulsionou o processo de industrialização no Rio de Janeiro foi o *boom* da Bolsa de Valores, provocado pela ampliação da base monetária do país por meio de créditos disponíveis no mercado, títulos da dívida pública e emissões de moeda. Esse período, que teve início em 1888 e foi conhecido como Encilhamento, se estendeu pelo início da Primeira República. “Os três anos que se seguem são marcados por *booms* permanentes. O aumento das transações bolsistas é de 84% em 1889, de 98% em 1890 e de 45% em 1891” (Lobo, 1978, p. 459). No final do século XIX, o Rio sediava a única Bolsa de Valores do país, além de uma série de bancos estrangeiros, sendo a principal praça financeira nacional.

A cidade carioca consolida-se como valoroso centro econômico – o “Rio de Janeiro (área do Distrito Federal), até 1889, detinha 57% do capital industrial brasileiro” (HARDMAN e LEONARDI, 1982 apud CASTELO et al., 2020, p. 25) - e também como pólo consumidor de mercadorias, desenvolvendo um mercado interno na direção da substituição de importações (CASTELO et al., 2020) - percurso este que já estava em marcha desde meados do século XIX, conforme enunciado nos capítulos anteriores.

O expressivo crescimento da população e da cidade desemboca em um fervor político e um acirramento nas disputas políticas, especialmente na cidade que recém tinha sido palco importante da transição pelo alto do trabalho escravizado para o trabalho livre. Emília Viotti da Costa (1999) chama atenção ao fato que o crescimento da população no Rio de Janeiro impactou diretamente nas formas de

veiculação de informações e propaganda política, não só pela arte, mas de maneira impressa (jornais e revistas) e através de comícios.

Surgem os primeiros comícios urbanos. A propaganda política deixou os teatros e salões de banquetes, onde até então se confinara, para dirigir-se às massas nas ruas e praças públicas, prenunciando novos tempos. Abolicionistas e republicanos, pela primeira vez, dirigem-se ao povo nas praças públicas. Os comícios promovidos em 1889 por Lopes Trovão no Rio de Janeiro em favor do Partido Republicano reuniram grande massa de populares que reivindicavam melhoramentos urbanos. (COSTA, 1999, p. 259)

Em 1889 os ideais republicanos ganham força, no entanto, observa-se que a Proclamação da República no dia 15 de novembro deste mesmo ano, é orquestrado com pouca participação popular e com expressiva influência militar do Exército¹⁶. Como afirma Maria Helena Souza Patto (1999), membros do Governo Provisório da República, desde seu início, se colocam em defesa da *ordem pública*, sendo este o objetivo maior.

O período da Primeira República (1889-1930) no Rio de Janeiro concebeu mudanças de âmbito econômico, político, cultural e social - no entanto, sem alterações no regime produtivo¹⁷. As tensões e disputas também se fizeram presentes e logo nos primeiros meses do novo regime começam a aparecer as contradições, as divergências entre os diferentes atores do movimento aparecem conforme há choques de interesses, repercutindo em conflitos até dentro do Parlamento (COSTA, 1999). As camadas subalternizadas também estavam em constante crescimento, havia um grande contingente de ex-escravizados jogados à própria sorte após a Abolição, engrossando o número de desempregados, bem

¹⁶ “Assim, o golpe republicano na madrugada de novembro de 1889 pega surpreendida a cidade, sua gente alheia à trama política definida pelo encontro de liberais burgueses, organizados num movimento republicano sem força popular, com uma facção do conflituado Exército nacional particularmente incompatibilizada com o governo monárquico, encontro que dá à materialidade impalpável das idéias o peso das armas. O apoio internacional, no pronto reconhecimento da República brasileira pelos países centrais e posteriormente pelos bancos ingleses, completaria a manobra que marca fundas alterações na vida nacional: o início de nossa modernidade.” (MOURA, 1995, p. 16)

¹⁷ “O novo regime apoiava-se nos interesses das mesmas oligarquias latifundiárias que deram o conteúdo de classe do Estado Imperial, oligarquias latifundiárias que se descolaram do Império especialmente a partir da Abolição jurídica da escravatura. Não há dúvida de que a proclamação representou um avanço no sentido de introduzir elementos democrático-burgueses na superestrutura da sociedade brasileira, mas a configuração geral desta não sofreu modificações substanciais.” (REIS, 2011, p. 16)

como migrantes que se deslocavam do nordeste para a capital do país na expectativa de adentrar no mercado de trabalho.

Centenas de negros libertos vindos de todas as partes aportam na cidade, procurando possibilidades num mercado de trabalho onde teriam dificuldades, dadas as suas características raciais e culturais. À parte da vida desta ralé, o esforço de consolidação nacional com a República reforça a máquina burocrática e repressiva estatal que se estrutura na cidade. Indivíduos heterogêneos quanto à origem social, racial, cultural, ou quanto à sua experiência de trabalho. (MOURA, 1995, p.60)

Contraditoriamente, nesse período de expansão capitalista, ao passo que crescia o número de desempregados, também expandia-se o contingente de operários, e com isso, a luta de classes - já presente desde os tempos da escravização - vai tomando outras formas.

No campo das lutas sociais, novas formas de ação e organização proletárias operaram transformações substanciais na “questão social” no estado, com rebatimentos no país inteiro. As reivindicações operárias tocaram os temas diretos da economia — de salários e melhores condições de trabalho — e da política, esta última no sentido da democratização da República oligárquica. A luta por direitos básicos de organização, manifestação, greve, descanso semanal, férias e aposentadoria encarnou o processo de construção do projeto classista dos trabalhadores. (CASTELO et al., 2020, p. 30-31)

O início do século XX é demarcado por copiosas organizações sindicais e grevistas, com fortes influências de imigrantes de inclinações anarquistas. No entanto, não podemos esquecer que a história do(a) trabalhador(a) em um país que viveu grande parte da sua história sob um regime escravocrata, é uma história racializada e esses movimentos organizados eram compostos, em grande parte, por trabalhadores e trabalhadoras negros e negras, não só os(as) operários(as) de chão de fábrica, mas também estivadores(as), trabalhadores(as) da Marinha e de Trapiches, costureiras, entre outros. Nesta direção, Gracyelle Costa Ferreira (2020, p. 221) afirma: "Incutidos em todas essas greves estavam não apenas os conflitos inerentes à condição de trabalhadores e empregadores, como classes; mas também os conflitos raciais".

Durante a Primeira República, o lema “ordem e progresso” foi fielmente levado a cabo pelos setores hegemônicos. Tais tensões no corpo social durante a

construção de uma nação e de expansão do capitalismo tiveram uma rápida resposta das forças estatais. Não à toa, temos um Estado republicano que logo nos seus primeiros meses de existência inaugura um Código Penal (1890) antes mesmo de uma Constituição da República (1891). Código este que cumpriu exemplarmente os interesses da classe hegemônica, criminalizando formas de existências culturais, políticas e religiosas de negros e negras, como, por exemplo, foi o caso da proibição por lei da capoeiragem e do curandeirismo. Pontuamos aqui anteriormente o papel da polícia na institucionalização de alienados(as) mentais durante o Império. No entanto, durante a República, as medidas punitivistas e policiais se intensificam sem qualquer discricção no horizonte de controle e disciplina da força de trabalho. Assim, a chamada questão social é tratada como caso de polícia. Nessa esteira,

Sob a alegação de que estavam em jogo interesses do conjunto da Nação, o Estado brasileiro primeiro-republicano não agia com sutileza disciplinadora para garantir a ordem pública. Ao contrário, os donos do poder não hesitaram em valer-se, até a náusea, da violência física para imobilizar os indesejáveis. Este fato põe em dificuldade a tese de inspiração foucaultiana segundo a qual, no marco das greves operárias do primeiro período republicano, a ineficácia das medidas punitivas e policiais de controle da força de trabalho teria levado à introdução de tecnologias de adestramento e controle nas fábricas e de gestão científica da miséria lideradas por médicos, quer pela higienização dos corpos e das casas populares, quer pela imposição ao povo de normas familiares burguesas, quer pela apropriação da infância pobre pelo saber médico, quer pela expansão de instituições disciplinares como hospícios, reformatórios e escolas. (PATTO, 1999, p. 171-172)

O desordenado crescimento populacional no Rio de Janeiro foi instaurando um certo “caos urbano”. Eram ex-escravizados(as) de diversos lugares do país, imigrantes nacionais e estrangeiros, funcionários públicos, comerciantes, entre outros, submetidos à inflação, desemprego e baixos salários (PATTO, 1999). Esses aspectos culminaram em uma desenfreada crise sanitária e habitacional. As epidemias cada vez mais desafiavam as autoridades e se tornaram problemas gravíssimos de saúde pública. No entanto, incluía-se como medidas sanitárias para o Rio - aprovado no congresso médico de 1899 -, uma drástica mudança na planta¹⁸

¹⁸ Em síntese, as obras visavam: à remodelação do porto da cidade, facilitando seu acesso pelo prolongamento dos ramais da Central do Brasil e da Leopoldina; à abertura da avenida Rodrigues Alves; à construção da avenida Central, atual Rio Branco, unindo diagonalmente, de mar a mar, as partes sul e norte da península e atravessando o centro comercial e financeiro do Rio, que seria reconstruído e redefinido funcionalmente como parte das transformações; a melhoria do acesso à Zona Sul, que se configura definitivamente como local de moradia das classes mais prósperas, com

do território em questão (PATTO, 1999). O conhecido “bota-abaixo” foi levado adiante alguns anos depois, em 1904, pelo prefeito Pereira Passos. Mais uma vez, manifestava-se uma classe dominante que buscava incansavelmente a imagem e semelhança dos grandes centros europeus, principalmente de Paris. Roberto Moura (1995, p. 66-67) reitera:

As obras que tornariam o Rio de Janeiro uma “Europa possível” mobilizam metade do orçamento da União, e se valem da grande massa de trabalhadores disponível e subutilizada na capital, disputando o “privilégio” do trabalho regular. A retórica elitista que justificava essa remodelação, a estética *art-nouveau* dos novos edifícios e mansões, como as medidas que em nome da higiene e do saneamento urbano definem a demolição em massa, o “bota-abaixo”, dos cortiços e do antigo casario habitados por populares, e as campanhas de vacina obrigatória, se por um lado ajustam efetivamente a cidade às novas necessidades da estrutura política e econômica montada e aos valores civilizatórios da burguesia, por outro, não consideravam os problemas de moradia, abastecimento e transporte daqueles que são deslocados de seus bairros tradicionais no Centro para a periferia, para o subúrbio, e para as favelas que se formam progressivamente por todo o Rio de Janeiro, definindo um padrão de ocupação e de convívio das classes na cidade que vai se tensionando ao longo do século.

As mudanças na cidade tinham a intenção de “embelezar” a capital de um país que se esforçava para consolidar a sua inserção no capitalismo internacional, assim como de facilitar a circulação de mercadorias, através do alargamento das ruas que ligavam à zona portuária, e inaugurar espaços simbólicos que afixavam os valores de uma burguesia cosmopolita (SIMAS, 2016). Nesse sentido, o olhar aflito da burguesia se direcionava a tudo que era considerado “feio” diante de uma vitrine almejada. Tudo aquilo que pudesse fazer uma alusão a uma civilização não padronizada nos moldes europeus estava passível de ser “jogado para debaixo do tapete”. Patto (1999, p.179-180) aponta para outra questão que também estava em voga nesse processo,

Havia também o medo, um medo ancestral de povo que tomava de assalto a classe dominante desde os tempos da escravidão, quando

a construção da avenida Beira-Mar; a reforma do acesso à Zona Norte da cidade, assegurada pela abertura da avenida Mem de Sá e pelo alargamento das ruas Frei Caneca e Estácio de Sá. Além disso, inúmeras ruas menores são abertas ou alargadas, a reforma da cidade se completando com a ampliação dos serviços urbanos, com a pavimentação da cidade, e com a realização de uma importante campanha de saneamento e combate epidêmico realizada por Oswaldo Cruz, conjugada com grandes demolições realizadas principalmente nos bairros centrais. (MOURA, 1995, p. 66)

reações de rebeldia eram reprimidas com violência sem freio, tanto nas fazendas como nas aldeias e quilombos, cuja destruição mobilizou verdadeiras operações de guerra. (...) O “medo branco” da “onda negra” esteve presente durante todo o século XIX, e foi tanto maior quanto mais na transição do trabalho escravo para o trabalho livre aumentou a concentração no espaço urbano de segmentos de classe privados de meios de vida.

A partir das mudanças no regime de estado, o, até então chamado Hospício Pedro II, passa a se chamar Hospital Nacional de Alienados (HNA) e é desvinculado da administração da Santa Casa de Misericórdia, passando a ser de total responsabilidade do Estado. Com essas mudanças, na perspectiva de isolamento e de afastamento dos males da sociedade das vistas das áreas nobres da cidade, logo são fundadas duas colônias na Ilha do Governador.

Utilizando terrenos e edificações do antigo Asilo de Mendigos pertencente aos beneditinos, na Ilha do Governador, as duas novas colônias, a São Bento e a Conde de Mesquita, pretendiam também ser autossuficientes, aproveitando os pacientes para o cultivo das terras que haviam pertencido sucessivamente aos barões de Mesquita e de Itacuruçá (Medeiros, 1977, apud VENANCIO, 2011, p. 38).

As Colônias agrícolas de São Bento e Conde de Mesquita consolidam-se com exclusividade para pacientes homens considerados indigentes, transferidos do HNA, e que estivessem qualificados para serem entregues à exploração agrícola e a outras indústrias, deixando o HNA exclusivamente para pensionistas (VENANCIO, 2011).

A partir de então os relatórios do Ministério do Interior de 1891 e da Justiça e Negócios Interiores de 1892 a 1924 descrevem a prática agrícola desenvolvida nessas instituições. O relatório de 1891, por exemplo, dá conta de que nas colônias da Ilha do Governador “os cento e trinta e dois alienados hoje ali existentes empregam-se, com raras exceções, no amanho das terras, na cultura dos cereais, legumes, etc. e na criação de animais e aves domésticas” (VENANCIO, 2011, p. 38)

As Colônias, que instauraram-se supostamente com a finalidade de acabar com o problema de superlotação, não fugiram desse mesmo destino. O estado sanitário desses estabelecimentos foi se agravando, sendo um dos principais motivos a falta de saneamento básico culminando em uma péssima qualidade da

água, que por sua vez, afetou diretamente na saúde daqueles que estavam institucionalizados (VENANCIO, 2011). Diante da constante degradação da instituição, aprofundada por um corte orçamentário à assistência psiquiátrica pelo Governo Campos Salles, em 1903 é promulgada a primeira Lei Federal de Assistência aos Alienados (COSTA, 2007).

Esse início do século XX era um momento de transformações e investimentos em prol da assistência a alienados no contexto das ações de higiene pública que estavam sendo promovidas durante a administração do prefeito Francisco Pereira Passos entre os anos de 1902 e 1906, e a gestão de Oswaldo Cruz como diretor-geral de Saúde Pública do governo federal de Rodrigues Alves. A aprovação do decreto 1.132 de 22 de dezembro de 1903 que reorganizava a assistência a alienados e, no mesmo ano, a indicação de Juliano Moreira (1873-1933) para a direção do Hospício Nacional, ali realizando reformas de ordem arquitetônica e assistencial, reforçavam as iniciativas 'modernizadoras' do Estado e as estendiam para a esfera da assistência pública a alienados. (VENANCIO, 2011, p. 39)

O então diretor do HNA, Juliano Moreira advogou a respeito da remoção das Colônias na Ilha do Governador a fim de instituir uma outra instituição com o que chamou de tratamento familiar (VENANCIO, 2011). Alguns anos depois, o pontapé inicial de Juliano Moreira tomou seguimento e as Colônias de São Bento e Conde de Mesquita são desativadas e seus pacientes transferidos para o novo terreno adquirido pelo Governo, desta vez em Jacarepaguá, mais distante ainda do centro urbano. A denominada Colônia de Psicopatas-Homens foi inaugurada em 1924 e atendia os indigentes e crônicos. Sobre suas instalações, Venancio (2011, p 40) descreve:

Do ponto de vista da construção, as obras foram iniciadas em 1921 e, dois anos mais tarde, estavam em condições de ocupação 15 pavilhões, o refeitório, a cozinha, lavanderia, farmácia, enfermarias. Foram também realizados reparos nas benfeitorias já existentes, como a sede da antiga fazenda, cujo andar térreo abrigaria o gabinete da diretoria, administração, secretaria e portaria, enquanto o andar superior seria destinado às residências do administrador e do farmacêutico (Almeida, 1967, p.163). No entanto, segundo o relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores de 1923, as necessidades a serem sanadas para a inauguração eram muitas: casas para os empregados, construção de resguardo para os carros, caminhões e carroças e refúgio para os doentes ficarem durante o dia ao abrigo da chuva e do calor, longe dos dormitórios.

A nova instituição, como as anteriores, se apoiaria na terapêutica do trabalho - principalmente nas atividades agrícolas -, mas também, a partir das influências de Juliano Moreira, na assistência heterofamiliar - casas seriam cedidas para alguns trabalhadores para proporcionar um convívio “familiar” aos pacientes (VENANCIO, 2011). Sob o jugo da terapêutica do trabalho, os ares e a natureza rural de Jacarepaguá, conhecido como o “sertão carioca”, justificaram a distância territorial e simbólica dessa parcela da sociedade que não era provida de qualquer interesse de estar as vistas das classes hegemônicas.

As mulheres também foram alvo da crise de superlotação dentro dos muros do Hospital Nacional de Alienados. Dessa forma, em 1911 foi criada uma Colônia destinada exclusivamente ao público feminino no bairro do Engenho de Dentro. Logo, “Em relatório de 1912, localizado na Série Saúde do Arquivo Nacional, Braule Pinto narrou os acontecimentos que marcaram essa instalação e afirmou que nos dois primeiros anos foram transferidas do Hospital Nacional de Alienados para a colônia feminina 334 mulheres” (VALENTIM et al. 2019, p. 45). A localidade da Colônia de Engenho de Dentro buscou cumprir uma demanda similar das demais, focada no trabalho agrícola como meio terapêutico longe do centro urbano da cidade.

Observa-se que as colônias cumpriram seu papel tal qual o próprio hospício, e foram eficientes diante as reformas urbanísticas da cidade que partiram da ideia de higienização, sendo espaços afastados do centro urbano sob o discurso terapêutico cada vez mais afastaram corpos que não tinham nenhum valor para o Estado e seu projeto de nação.

3.1.1 A gênese da política eugenista no Brasil

Os primórdios da psiquiatria no Brasil têm sua marca vinculada a um fazer da ciência voltada para os interesses da classe hegemônica. Após a Proclamação da República, a urgência da construção de uma nação era eminente, e, a partir dos anos 1920 isso passa tomar força na medida em que há uma expansão da economia de exportação baseada no café e há a expectativa do Brasil se tornar uma potência mundial (STEPAN, 2005). Assim, “para contrapor-se à avaliação negativa da identidade brasileira como nação de mulatos e negros dos cientistas europeus e norte-americanos, os brasileiros afirmavam que seu país estava em

processo de transformação e aprimoramento racial” (STEPAN, 2005, p.165). Neste viés, o “mito do branqueamento” pairava sobre o imaginário de uma burguesia abastada de um sentimento de brasilidade totalmente embranquecido. É nessa atmosfera que a ciência encontra terreno fértil para ser mais uma ferramenta ideológica de controle de corpos e de ruína daqueles e daquelas que eram descartáveis. A ciência aqui torna-se um atrativo para aqueles que buscavam o tal do “aprimoramento racial”. Entre 1880 e 1930 há um crescimento intelectual bem como a consolidação institucional dessa ciência, que contribuem para a ascensão da eugenia no Brasil (STEPAN, 2005).

A eugenia, na sua origem no Brasil, conforma-se como uma ideologia ancorada no racismo científico, pressupondo que os seres humanos são dotados de diferenças hierárquicas e naturais. Médicos, psiquiatras e intelectuais da época, se debruçaram na construção de argumentos ideológicos para justificar suas ideias de inferioridade racial de povos não-brancos. Passaram a defender na área profissional doutrinas de esterilização da população e segregação daqueles que consideravam “loucos” e “desequilibrados”. Concentraram forças também na adoção de critérios rigorosos na seleção de imigrantes, condenando a entrada de negros e asiáticos no país. A professora e autora Nancy Leys Stepan afirma (2005, p.16):

Como a eugenia foi tanto uma ciência como um movimento social, ela se presta a uma abordagem construtivista em que podem ser explorados fatores políticos e outros fatores que cercam seu desenvolvimento e o endosso a teorias genéticas particulares - e às políticas sociais que delas derivaram. O estudo da eugenia permite aos historiadores passar de noções abstratas sobre a possível produção social de conhecimento científico a estudos mais matizados, localmente específicos, da ciência na cultura.

Assim, é no início do século 20 que o racismo científico através das ideias eugênicas toma forma na sociedade brasileira, e, em 1918 é fundada a primeira Sociedade Brasileira de Eugenia, que por sua vez tinha como objetivo disseminar e introduzir a ideia da eugenia pelo território brasileiro. A Sociedade jamais se preocupou em realizar quaisquer pesquisas, no entanto, seus maiores porta-vozes afirmavam que não se tratava apenas de uma “fantasia utópica”, mas sim de uma “realidade das nações científicas modernas” (STEPAN, 2005, p. 57). Dessa forma, com a criação da Sociedade, a eugenia no Brasil passa a ser ligada às questões de criminalidade e a higiene mental se vulgariza de forma “preventiva” dentro da

medicina psiquiátrica - que não se limitava aos muros das instituições e se ampliou moralmente e objetivamente na vida cotidiana dentro das escolas, igrejas e nos lares (STEPAN, 2005)

Poucos anos mais tarde, em 1923, é fundada no Rio de Janeiro a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) que vai se debruçar em um trabalho prático de profilaxia mental, ou seja, acreditavam que aqueles “desajustados” que não se encaixavam dentro da norma seriam hereditariamente predispostos a cometer crimes, o que, dentro dessa concepção, justificaria o isolamento desses indivíduos do restante da sociedade para fins de “restrição” e “tratamento” (STEPAN, 2005).

De 1923 a 1925, a LBHM seguiu a orientação de Riedel Ihe havia imprimido, ou seja, a de procurar aperfeiçoar a assistência aos doentes. A partir de 1926, no entanto, os psiquiatras começaram a elaborar projetos que ultrapassavam as aspirações iniciais da instituição e que visavam a prevenção, a eugenia e a educação dos indivíduos. (COSTA, 1944, p. 16)

Diante disso, a Liga se representava como uma organização profissional e científica associada com o avanço da psiquiatria no mundo ocidental e passa-se a normalizar - mais ainda - uma adequação social a partir da prática de aprisionamento de inúmeras pessoas sem diagnóstico em asilos e manicômios (STEPAN, 2005). Jurandyr Costa (1999, p. 46) reitera,

É bem verdade que esses objetivos sempre fizeram parte dos programas de higiene mental. Entretanto, até 1926, a prevenção, a eugenia e a educação dos indivíduos eram concebidas como atividades que os psiquiatras exerciam no interior dos estabelecimentos psiquiátricos. Durante este período, os psiquiatras não compreendiam, de modo algum, a prevenção da doença mental como uma extensão dos cuidados psiquiátricos às pessoas *normais*. A prevenção fazia-se na medida em que a assistência aos doentes era melhorada através das reformas dos serviços psiquiátricos e do aperfeiçoamento profissional dos psiquiatras, enfermeiros e monitores de higiene mental. Esta orientação só muda a partir do momento em que se estima que tal ação será inútil, se não se ensinar ao indivíduo como adquirir e preservar sua saúde mental.

A eugenia não foi originada pela LBHM, porém nos programas da Liga cada vez mais a eugenia torna-se um fator central, difundindo seus ideais para a psiquiatria brasileira. Nesse sentido, essa política torna-se bastante funcional à

classe dominante, considerando uma conjuntura de República de graves tensionamentos sociais e ideológicos, o recém processo de Abolição, de imigração e as repercussões econômicas da industrialização (COSTA, 1999). Neste prisma, acreditava-se que a crise republicana estava diretamente relacionada ao clima tropical e ao seu povo, assim,

O brasileiro não tinha podido promover o desenvolvimento harmônico do país porque o calor e a mistura com *raças inferiores* tinham-no tornado preguiçoso, ocioso, indisciplinado e pouco inteligente. Infelizmente, nada podia ser feito contra o clima. Em contrapartida, o problema racial ainda podia ser resolvido. (COSTA, 1999, p. 50)

Em nome da defesa da democracia e da ciência, a hierarquização das raças vinha como uma substituição da hierarquia de sangue da nobreza como força de perpetuar as estruturas de poder impostas na sociedade brasileira (COSTA, 1999). Nesse sentido, as instituições psiquiátricas correspondem a verdadeiros laboratórios de teoria eugênica, que passam a orientar as práticas da psiquiatria no Brasil, e as proporções são tamanhas, que, a partir dos anos 1930, a eugenia tem apoio do próprio governo como veremos posteriormente.

3.2 Os últimos anos do Hospital Nacional dos Alienados (1930-1944)

Os anos que antecederam o golpe de 1930 se desenharam a partir de um aprofundamento da crise da velha economia exportadora levando à necessidade de consolidação de uma alternativa industrial (SANTOS, 1994). A conflagração que já estava em maturação nos primeiros anos de República do país sofreu um lance certo com a crise internacional de 1929, impactando diretamente na exportação do café e no comércio mundial. A conjuntura internacional mostra-se como catalisador das contradições já postas nas relações sociais e acelera as condições para que a burguesia cafeeira veja sua hegemonia caminhando para um fim. Nesse contexto, este segmento, - que apresentava dificuldade na manutenção de sua hegemonia na política econômica - vê a necessidade de sustentar medidas que não prejudicasse as estruturas de poder.

Agora tinha que se contentar com uma ajuda estatal mais discreta no plano interno e aceitar o chamado “confisco cambial”, que passava para o controle do Estado as divisas obtidas com as exportações. Para que o Estado mudasse tão drasticamente sua posição em relação à oligarquia rural-exportadora foi necessário fazer uma revolução em 1930, que criou as bases para um novo projeto estatal de caráter industrialista e nacionalista. (SANTOS, 1994, p.47)

Com a deposição do presidente Washington Luís, aquilo que é chamado por alguns de “Revolução de 1930” alterou substantivamente a relação entre Estado e sociedade, rompendo com o Estado oligárquico e dando espaço para o Estado burguês¹⁹. Tais aspectos exigiam uma reconfiguração nas políticas sociais e econômicas, a fim de reorganizar o mercado de capital e a força de trabalho (IANNI, 2009). Até então, a industrialização cumpria a função de complemento do setor exportador. Porém, com as economias externas criadas pelas atividades exportadoras e com o mercado interno gerado foi possível desenlaçar um desenvolvimento industrial. No entanto, a particularidade de país dependente coloca a condição de um desenvolvimento industrial que se vincula fatalmente pela capacidade de importar máquinas e matérias-primas, e incluir no processo de industrialização o setor externo, ou seja, importar de países que possuem o setor de bens de produção²⁰ (SANTOS, 1994).

As políticas econômicas e sociais adotadas pelo governo brasileiro, sob a figura de Getúlio Vargas, se orientam na perspectiva de manutenção das estruturas do desenvolvimento capitalista, Iamamoto e Carvalho (2014, p. 159-160) afirmam:

Abre-se uma crise de hegemonia, estabelecendo-se o chamado “Estado de Compromisso”, que numa situação de depressão econômica deverá tomar iniciativas tendentes a garantir a reprodução do capital e as taxas de acumulação das diversas frações burguesas, integrar os setores de classe média urbana, ampliando as bases de sua participação política e econômica, e estabelecer mecanismos de controle e desorganização do movimento popular em crescimento.

Ao incubir-se do compromisso com a reprodução do capital diante um processo de consolidação das bases industriais, que consequentemente

¹⁹ “(...) como um sistema que engloba instituições políticas e econômicas, bem como padrões e valores sociais e culturais de tipo propriamente burguês” (IANNI, 2009, p.27).

²⁰ “Nas formações dependentes, a industrialização não foi produto do desenvolvimento interno da tecnologia, e sim da importação de uma tecnologia e uma base produtivas geradas e monopolizadas externamente, que seguiam seu ritmo próprio de acumulação e se orientavam por motivações distintas das circunstâncias locais dos países que a importavam” (SANTOS, 1994, p.52).

desemboca também no alargamento das fileiras de operários, o Estado assume uma organização corporativista que precisa encarregar-se dos interesses de diferentes frações dominantes e também das reivindicações dos setores populares em nome da harmonia social (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014). Durante as décadas de 1930 e 1940, o governo brasileiro dá forma às legislações trabalhistas, inspirado em fins políticos de “pacificar as relações entre os vendedores e os compradores de força de trabalho no mercado urbano” (IANNI, 2009, p.44). É no ano de 1930 que o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio são fundados, com isso, os direitos trabalhistas são reformulados e passam a ser orientados com significativos avanços, porém ainda dentro dos interesses do Estado. Importante frisar que figuras eugenistas como Roquette-Pinto e Renato Kehl participaram de um comitê especial dentro do Ministério do Trabalho para aconselhar sobre “problemas” de imigração (STEPAN, 2005).

As reivindicações e as lutas organizadas por direitos, não eram novidade, como foi sinalizado nas páginas anteriores. Porém, com as novas legislações, Vargas procurou tornar as organizações sindicais como elementos de cooperação no mecanismo dirigente do Estado (IANNI, 2009). Logo, era necessário refinar os vínculos entre sindicatos e aparelho estatal.

Como vemos, a interferência do Estado nas relações entre os operários e empresários não evitou a pauperização de boa parte do proletariado. Aliás, também uma parte da classe média (funcionalismo público e privado) teve seu salário real rebaixado nesses anos. Ao mesmo tempo, entretanto, a atuação governamental delimitou as condições, as possibilidades e os limites da atividade sindical do operariado. Mais do que isso, a política operária do governo brasileiro vinculou o sindicato ao aparelho estatal, como elemento básico das estruturas de dominação (política) e apropriação (econômica) vigentes na época. Essa era uma das manifestações mais importantes da presença do Estado no sistema econômico do País. (IANNI, 2009, p.50-51)

Neste contexto, entre os anos de 1930 e 1945 as questões políticas e econômicas do Brasil assumem um caráter de nacionalismo, sendo aspecto frequente nos discursos de governantes, nas diretrizes constitucionais e nas realizações do governo, atualizando as relações de dependência (IANNI, 2009). Neste meandro, a natureza nacionalista do Estado também veste a roupagem de

“aprimoramento” da raça, na construção da imagem de um país em desenvolvimento industrial. Ferreira (2020, p.232) alega:

As ideias de nação e nacionalidade estavam postas a partir de fatores como limites territoriais muito bem definidos, pelo uso de uma linguagem em comum, pela partilha de usos e costumes e por pertencimento racial específico que caracterizava aquele povo, como dito antes. Aprimorar a nação era aprimorar as possibilidades frente ao Novo Mundo que se colocava aos países recém-independentes e ex-escravistas.

Fundamentadas no viés nacionalista, as políticas eugênicas passam a se aglutinar no Estado também através do aparato legislativo. As próprias Constituições de 1934 e 1937 restringiram a imigração para o Brasil àqueles(as) considerados(as) “incompatíveis” aos ideais de branquitude, logo, “expressam, no tocante à imigração, um tipo de legislação eugênica e racial e que se articula com a questão do trabalho, uma vez que limita o percentual de imigrantes autorizados a entrar no país anualmente” (FERREIRA, 2020, p.236). Aqui, as restrições imigrantistas não se fixavam apenas a negros e negras, mas abarcava também trabalhadores(as) que vinham de outros territórios que não fossem brancos-europeus e que poderiam ameaçar o processo de homogeneização do país, principalmente àqueles e àquelas de origem japonesa e judaica (STEPAN, 2005). Nessa toada de construção de uma nação, a devoção ao trabalho e ao (a) trabalhador(a) - chamado *trabalhismo* - foi basilar. Não à toa, os governantes passam a ampliar os direitos de trabalhadores e trabalhadoras e "reconhecê-los(as)" como sujeitos políticos (FERREIRA, 2020). Entretanto, esse "reconhecimento" como sujeitos políticos era atravessado pela moralização das políticas públicas e também do trabalho que mantinha as condições de hierarquização, especialmente entre raças.

No Governo Vargas houve de fato a incorporação e valorização desses sujeitos trabalhadores como “brasileiros”. Uma incorporação que, porém, mantinha-os em condições hierarquizadas que exaltavam seu valor cultural (o samba, os ritos, a sensualidade), mas negava sua cor, seu pertencimento racial. Uma incorporação antropofágica, para usar o termo de Paixão. A política social alcançou esse sujeito negro trabalhador portuário, ferroviário e marítimo, mas o fez justamente na condição de trabalhadores nacionais, brasileiros. (FERREIRA, 2020, p.326.)

Nesta balança entre repressão e conceção, o Estado incube-se da tarefa do trato da questão social, assumindo um caráter preventivo às exigências da classe trabalhadora, e, ao mesmo tempo, correspondendo a um projeto de nação desejado pela classe dominante. Dessa forma, assume os conflitos racializados mas não busca superá-los criando melhores condições de vida e de trabalho para sujeitos negros(as) e ex-escravizados(as), mas sim na busca de neutralizar a existência de desigualdades incorporando o discurso de Brasil mestiço²¹, de todas as raças, onde todos têm as mesmas oportunidades (FERREIRA, 2020). Aqui, a narrativa culturalista, propagada principalmente por Gilberto Freyre, foi precisa no tocante à construção da tal da nação brasileira, assimilando apenas aspectos da cultura negra cabíveis de domesticação e de folclorização²².

O Estado varguista conciliou percepções eugênicas e culturalistas como parte da institucionalidade. Em lugar de tratar tais percepções como opostas, Vargas fez delas eixos de sustentação de seu governo. As políticas sociais não fugiam, ao contrário, reforçavam essas bases. Os profissionais requisitados para colocar em curso esse projeto, incluindo os do Serviço Social, estavam cada um a seu modo comprometidos com ele. (FERREIRA, 2020, p. 254)

Ao ser institucionalizada e legitimada pelo Estado, a eugenia consolida seus programas em nível nacional, e, em 1931 é fundada por Renato Kehl a Comissão Central Brasileira de Eugenia, composta por membros da saúde pública, da higiene mental, ciências biológicas e medicina (STEPAN, 2005). Dessa maneira, a conjuntura implicou em modificações na forma de conceber e aplicar tais medidas eugênicas. Além das legislações imigrantistas de tom racista, o governo passa a apoiar abertamente os psiquiatras da LBHM, principalmente nas campanhas

²¹ Dentro das próprias concepções eugênicas havia disputas e visões não homogêneas, sobre a questão da miscigenação Jurandir Freire Costa (2007, p.58) assevera: “No entanto, para psiquiatras partidários da higiene social, esta solução era inaceitável. A ideologia da pureza racial que eles assumiram não fazia distinção entre o negro e o mestiço. A raça em nada seria melhorada pela substituição do mestiço ao negro. A mestiçagem não era profilaxia satisfatória e, como, para eles, os doentes mentais e os indivíduos de raça inferiores apresentavam caracteres psíquicos e culturais igualmente nocivos, a eugenia devia intervir para compensar a falta absoluta de miscigenação”.

²² Sobre a folclorização Abdias do Nascimento (2016) afirma: “Aos olhos da cultura dominante, os produtos da criatividade religiosa afro-brasileira e dos africanos de modo geral não passavam de curiosidade etnográfica - destituído de significação artística ou ritual. Para aproximar da categoria de ‘arte sagrada’ do ocidente, o artista negro teria de esvaziar sua arte do seu conteúdo africano e seguir os modelos branco-europeus” (p.144), e continua: “Desta escamoteação do *esvaziamento* chegamos ao ponto máximo da técnica de inferiorizar a cultura afro-brasileira: a sua folclorização. Técnica insidiosa e tão entranhada nos métodos e no raciocínio de certos estudiosos que até aquele ‘analista’ bem intencionado revela, consciente ou inconsciente, sua adesão a tal elenco de crenças negativas” (p.145).

antialcoólicas que tomam cada vez mais espaço dentro das instituições psiquiátricas e das preocupações da Liga (COSTA, 2007).

Este apoio ligava-se, por um lado, à vigilância policial mais severa dos delinquentes, alcoólatras e outros marginais e, por outro lado, à criação do Departamento Nacional de Saúde. Este Departamento, que reagrupa no plano nacional todo os dispositivos institucionais psiquiátricos do país, havia, aparentemente, aderido às ideias de combate ao alcoolismo propostas pela LBHM. (COSTA, 2007, p.59)

Segundo Jurandir Freire Costa (2007), a criação da Comissão Central Brasileira de Eugenia foi ponto de virada para a solidificação e continuidade propagandística dessa ciência, considerando que até então as ideias eugênicas eram difundidas de forma descoordenada e descontínua. Outra virada de chave que aponta para um aprofundamento da eugenia no Brasil foi a crença de que esta era o princípio teórico primordial das atividades de higiene mental e da Psiquiatria. Portanto, os anseios deveriam ser com a saúde e preservação da raça e não do indivíduo. A partir daí, os sujeitos incumbidos do tratamento de pessoas consideradas doentes mentais deveriam ser, primeiramente, eugenistas antes mesmo de serem psiquiatras (COSTA, 2007).

É nesse contexto que as políticas públicas para a psiquiatria vão sendo forjadas como um reflexo dos projetos governamentais. Em 1930 a Assistência a Psicopatas passa a integrar o Ministério da Educação e Saúde Pública. Alguns anos mais tarde, com o processo de centralização política a partir da instauração do Estado Novo em 1937, todos os órgãos deste Ministério ligados à área da saúde passam a integrar o Departamento Nacional de Saúde (DNS), sendo a Assistência a Psicopatas uma das divisões da DNS (VENANCIO, 2011). A divisão ficaria responsável

dos serviços relativos à assistência a psicopatas e à profilaxia mental, de caráter nacional, bem como dos que, de caráter local, sejam executados pela União, competir-lhe-á ainda promover a cooperação da União nos serviços locais, por meio de auxílio e da subvenção federais fiscalizando o emprego dos recursos concedidos (Brasil, 1937, art. 17 apud VENANCIO, 2011, p.43-44).

Em 1941 a divisão seria substituída pelo Serviço Nacional de Doenças Mentais (SNDM), que passaria a gerenciar a sua expansão por todo o território brasileiro. Dessa forma, a sua criação estava engajada na “construção de uma

política assistencial psiquiátrica marcada pelo planejamento e implantação de diretrizes modernizadoras de organização do próprio Estado” (VENANCIO, 2011, p.45). Assim, o SNDM implementa um Plano Hospitalar Psiquiátrico, reunindo diversas sugestões para uma ação supletiva da União no campo da psiquiatria (VENANCIO, 2011). O planejamento previa a disponibilização de quatro mil leitos psiquiátricos no país, a fim de priorizar as instituições padronizadas como "hospital-colônia", que foram amplamente instituídas nos estados brasileiros.

No Rio de Janeiro, a Colônia de Psicopatas-Homens, já no final dos anos de 1930, vai sendo remodelada para se transformar em um hospital-colônia, e, posteriormente, é renomeada Colônia Juliano Moreira, apontando também para o fim do tratamento restrito aos pacientes masculinos.

O formato institucional do hospital-colônia visava assim aproveitar todos os investimentos já feitos nas instituições de tipo colônia, com a manutenção tanto de suas estruturas físicas quanto de seus recursos terapêuticos pois, como vimos, a ideia das colônias como grandes áreas afastadas dos centros urbanos esteve intimamente articulada à terapia calcada nas atividades agrícolas e de pequenas indústrias. (VENANCIO, 2011, p.44)

A partir de 1938, a fim de atender as mudanças nas políticas psiquiátricas da época, inicia-se um processo de transferência daqueles e daquelas que estavam institucionalizados(as) no Hospital Nacional de Alienados para o Centro Psiquiátrico do Engenho de Dentro. Para além disso, o bairro em que residia o HNA já não se mostrava mais conveniente, considerando que havia se tornado uma localidade residencial e já não estava mais longe das vistas das classes mais abastadas. A transferência total de pacientes do HNA se efetivou em 1943, concretizando então, a desativação de suas instalações e sua incorporação à Universidade do Brasil.

Isto posto, observamos que, a partir das demandas de um país que visa constituir-se como uma nação dentro dos moldes da classe dominantes e se consolidar dentro do capitalismo internacional, o Estado vai modificando sua relação com o trabalho, a ciência e a questão social. Durante a primeira metade do século 20 a eugenia incorpora-se nas políticas estatais e nas primeiras formulações da psiquiatria brasileira, tendo influência direta nas instituições manicomiais e nas relações entre Estado e a classe trabalhadora. As tensões sociais postas têm rápida resposta da burguesia, que busca um controle da força de trabalho através da

ciência e da higienização social, mas que também expressa formas de controle através da cultura, do território e da política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, pudemos levantar alguns pontos relevantes para traçar a relação entre a primeira instituição manicomial do Brasil e o controle da força de trabalho. Na primeira parte do trabalho são pontuados alguns encadeamentos do desenvolvimento de um país forjado nas relações coloniais e de escravização que configuram o papel desempenhado pelo capitalismo dependente na divisão internacional do trabalho. As relações de dependência configuram uma subordinação estrutural com os países considerados como centro do capitalismo, e, dentre as diversas nuances do capitalismo dependente, destacamos aqui a formação de uma classe trabalhadora superexplorada como mecanismo de compensação dos desdobramentos das trocas desiguais na economia internacional. O solo de um país dependente, com uma classe trabalhadora que possui salários abaixo do necessário para a sua reprodução social, além de jornadas mais extensas e mais intensas, configura os mais variados impactos nos processos da formação social brasileira e na relação com o controle da força de trabalho. Para firmar este debate, é necessário trazer à tona a discussão sobre a gênese da questão social, sobretudo no Rio de Janeiro - palco de diversas etapas importantes da formação sócio-histórica brasileira - a partir de uma leitura da totalidade da relação entre capital e trabalho. Observamos, portanto, que a questão social é parte inerente de tais determinações.

Ao longo do texto pudemos observar diversas medidas das classes hegemônicas e do próprio Estado de dominação ideológica, e, para tal, destacamos a ciência como um importante pilar à serviço desta dominação. Neste âmbito, a ciência traduzida através do sistema manicomial, ao legitimar a segregação de corpos, cumpre seu papel no controle da força de trabalho, impondo um padrão urbano e comportamental. Assim, a criação do Hospício Pedro II, no território do principal pólo econômico da época, que via uma crescente na urbanização e industrialização, não é por acaso. No capítulo seguinte foram pontuadas algumas transformações no contexto sócio-histórico que levaram a novas demandas para o território carioca, que vislumbrava pelas classes dominantes se equiparar aos padrões europeus e manifestou diversas imposições assistencialistas e policialescas no controle da força de trabalho, sobretudo daqueles(as) considerados(as) loucos(as).

Na parte final do trabalho buscou-se costurar alguns elementos da constituição da República brasileira, que se empenhou na constituição de uma nação, e o papel da ciência eugênica e da psiquiatria nesse processo. Com as mudanças no Estado, e, no Rio de Janeiro, há uma aceleração no processo de urbanização e do desenvolvimento das forças produtivas, expandindo o contingente de operários, que por sua vez, transformam as relações sociais e a luta de classes. Dessa forma, o Estado passa a mudar a forma de lidar com o compromisso com a reprodução do capital. Portanto, toma para si o trato da questão social - que assume um caráter preventivo às exigências da classe trabalhadora, e, ao mesmo tempo, corresponde a um projeto de nação desejado pela classe dominante. Nessa atitude assistencialista, a ciência psiquiátrica passa a substituir a religião dentro do manicômio, no entanto esta é fortemente marcada pelo racismo científico e suas influências eugênicas, cumprindo o papel de controle da força de trabalho e na construção da imagem da nação brasileira.

A partir de tais considerações, conclui-se que a atenção à saúde mental dentro da lógica capitalista, racista, homofóbica e cis-heteropatriarcal, por vezes se mostra como mais um meio de controle e higienização da sociedade. Se por um lado temos as prisões e instituições de medida socioeducativa como o braço penal, por outro temos os manicômios, que vão produzir a noção de doença mental e de “loucura”, e sua suposta “cura”. Essas noções têm como parâmetro a concepção de “homem universal”, ou seja, situam a “normalidade” na imagem do homem branco, burguês e cis-heteronormativo.

Considerando que a relação antagônica entre capital e trabalho produz desigualdades, essas relações são expressas para além da relação de compra e venda da força de trabalho, ocorre também na relação entre instituições do Estado no controle social da população pobre e preta. Se o projeto punitivo representa uma prática pedagógica, cabe aos aparelhos repressivos e ideológicos da sociedade civil institucionalizá-lo. Logo, os manicômios, bem como as prisões e as instituições sócio-educativas, estão dentro do tripé institucional de sustentação do capitalismo. Essas são instituições de violência que agem estrategicamente, com o consentimento do Estado e fundamentadas pela ciência, no apagamento da identidade de homens e mulheres negras.

A branquitude cis-heteropatriarcal usa, não só a violência e o genocídio para a manutenção de uma ordem, mas também utiliza-se de artifícios de morte em vida,

ou seja destrói culturas, religiões e também a subjetividade dos indivíduos. A partir do momento que entendemos o corpo como algo central na construção da identidade, compreendemos que pessoas institucionalizadas perdem completamente suas identidades, tendo em vista que suas vontades e desejos são regradados e controlados.

Como foi apresentado, o Estado tem um papel central na institucionalização do controle social da população. No entanto, é necessário garantir uma aceitação mínima da ordem do capital por parte da sociedade, e, para que isso aconteça, são necessários alguns artifícios. Na sua gênese, o Serviço Social se difunde através do bloco católico e se insere no mercado de trabalho também com o intuito de garantir um consenso - e controle - social, assim como a difusão e reprodução da ideologia hegemônica (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014). Na década de 1940, a profissão começa a atuar dentro do campo da saúde mental com fortes influências da Doutrina Social da Igreja e pelo Movimento de Higiene Mental - este abertamente com concepções eugênicas. Dentro da própria formação profissional tais concepções higienistas também começam a ganhar espaço, através de um estudo científico e médico.

A atualidade da temática trabalhada ao longo do texto se apresenta na medida em que observamos padrões se repetindo no tratamento de pessoas com transtornos mentais. No campo das políticas públicas voltadas para a atenção psicossocial há projetos em disputa. Por um lado, há aqueles(as) voltados para a remanicomialização, por outro há aqueles(as) que se orientam pelas diretrizes da Reforma Psiquiátrica brasileira. Os últimos anos foram marcados por diversos retrocessos neste âmbito, a exemplo temos a ampliação e consolidação das Comunidades Terapêuticas na RAPS bem como o investimento e abertura de novos leitos nos hospitais psiquiátricos.

Por fim, compreendemos que os manicômios são construções sociais inerentes ao modo de produção capitalista, portanto a luta antimanicomial também é anticapitalista. Dessa forma faz-se necessário ter como mediação tática, com horizonte a superação deste modo de produção, a luta por políticas públicas que se direcionam pela atenção psicossocial e pela clínica ampliada visando os marcos da Reforma Psiquiátrica.

*“Não tenho pretensões de conquistar a ingloria perfeita,
Os loucos me interpretam”*

Manoel de Barros

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. - São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.

AMARANTE, Paulo (org.). Psiquiatria Social e Reforma Psiquiátrica - Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994.

BAMBIRRA, Vânia. O capitalismo dependente latino-americano - 2ª ed.- Florianópolis: Insular, 2013.

CASTELO, Rodrigo. A violência como potência econômica na gênese da “questão social” no Brasil. Revista Temporalis, Vol. 21, N. 42, 2021.

CASTELO, Rodrigo. A “questão social” nas obras de Marx e Engels. Revista Praia Vermelha, Rio de Janeiro, Vol. 20, N. 1, p. 85-94. Jan/Jun, 2010.

CASTELO, Rodrigo; RIBEIRO, Vinicius; ROCAMORA, Guilherme. Capitalismo dependente e as origens da “questão social” no Rio de Janeiro. Revista Serviço Social & Sociedade, N. 137, 2020.

COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: momentos decisivos. - 6 ed. - São Paulo: Editora UNESP, 1999.

COSTA, Jurandir Freire. História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico. - 5 ed.- rev. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

EURICO, Márcia Campo. *QUESTÃO RACIAL E SERVIÇO SOCIAL: uma reflexão sobre o racismo institucional e o trabalho do assistente social*. São Paulo, 2011.

FANON, Frantz. Pele Negra Máscaras Brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Gracyelle Costa. Raça e nação na origem da política social brasileira: União e Resistência dos trabalhadores negros - Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social. Rio de Janeiro, 2020.

GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

GONÇALVES, Monique de Siqueira. *Mente sã, corpo são: disputas, debates e discursos médicos na busca pela cura das “nevroses” e da loucura na Corte Imperial (1850-1880)*. - Rio de Janeiro: Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2011.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raúl de. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. - 41 ed. - São Paulo: Cortez, 2014.

IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

LUCE, Mathias Seibel. *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias - uma visão histórica*. - 1 ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil* - Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução* - 4ª ed - Florianópolis: Insular, 2013.

MARX, Karl, 1818-1883. *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. - São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidos e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca* - Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008

MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil negro*. - 2 ed - São Paulo: Fundação Maurício Grabois co-edição com Anita Garibaldi, 2014.

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. - 2 ed - Rio de Janeiro; Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado* - 3 ed - São Paulo: Perspectivas, 2016.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica* - 8 ed. - São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. *Temporalis / Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*, Brasília, ano 2, n 3, p.41-49, jan./jul. 2001.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. - 1 ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OSÓRIO, Jaime. Sistema mundial e formas de capitalismo: a teoria marxista da dependência revisitada. *Revista Direito & Práxis*, Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 13, p. 494-539, 2016.

PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. *Estudos avançados*, v.13, n.35, 1999.

REIS, Dinarco. *A luta de classes no Brasil e o PCB* - 2 ed. - Rio de Janeiro: Fundação Dinarco Reis, 2011.

SANTOS, Theotônio dos. *Evolução histórica do Brasil: da colônia à crise da Nova República*. - Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

SIMAS, Luiz Antonio. *Dos arredores da Praça Onze aos terreiros de Oswaldo Cruz: Uma cidade de Pequenas Áfricas*. *Revista z cultural*, Rio de Janeiro, 2016.

SOUZA, Antonio Reguete Monteiro de. *Questão Social e Assistência na formação do Brasil: o papel da polícia*. *Ser Social questão social e serviço social*, Brasília, v. 24, n. 50, janeiro a junho, 2022.

SOUZA, Cristiane Sabino de; TELES, Heloísa. Pressupostos para uma análise histórico-estrutural da questão social no Brasil. *Temporalis*, Brasília, ano 21, n.42, p.44-61, julho a dezembro, 2021.

STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e não na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs). *Ruy Mauro Marini: Vida e obra* - 2 ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2011.

TEIXEIRA, Manoel Olavo Loureiro. *Pinel e o nascimento do alienismo*. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, 2019.

VALENTIM, Renata Patricia F. et al. As mulheres da Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro. Revista Psicologia em Pesquisa, v. 13, n. 2, maio a Agosto, 2019.

VENANCIO, Ana Teresa A. Da colônia agrícola ao hospital-colônia: configurações para a assistência psiquiátrica no Brasil na primeira metade do século XX. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, supl.1, dez. 2011.